

Relatório Final



projeto
Patrimônio Vivo



REITORA DA UNIVATES

Evania Schneider

VICE-REITORA DA UNIVATES

Fernanda Storck Pinheiro

COORDENAÇÃO CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO

Cristiano Zluhan Pereira

COORDENAÇÃO SEMEIA EMAU

Jamile Maria da Silva Weizenmann

Jauri dos Santos Sá

REALIZAÇÃO

Escritório Modelo de Arquitetura e Urbanismo Semeia EMAU

CAPA E PROJETO GRÁFICO

Taylane Katz

PRODUÇÃO E REVISÃO TEXTUAL

Augusto Alves

Jauri dos Santos Sá

Kauê Pastório Borges

Taylane Katz

EQUIPE NOVO INVENTÁRIO DE LAJEADO

Prof. Augusto Alves (arquiteto coordenador da equipe)

Ângela Priscila Degasperi (arquiteta - inventário)

Djulia Marder (arquiteta - inventário)

Taylane Katz (arquiteta - projeto gráfico)

Profa. Neli Machado (historiadora coordenadora)

Patrícia Schneider (historiadora supervisora)

Marcos Rogério Kreutz (historiador)

EQUIPE PROJETO DE EXTENSÃO PATRIMÔNIO VIVO

Jauri dos Santos Sá

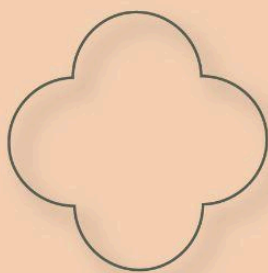
Kauê Pastório Borges



Relatório final elaborado
pela equipe do novo inventário
de Lajeado em parceria com a
Univates

2024

Sumário



1. Apresentação/introdução.....	4
2. A Importância Do Inventário - Conceitos E Evolução.....	6
2.1 Evolução Histórica dos Inventários.....	6
2.2 Processo metodológico dos inventários no Brasil.....	7
2.3 Evolução Histórica dos Inventários.....	8
3. Objetivos e Etapas.....	9
4. Município de Lajeado.....	12
5. Evolução histórica e urbana da cidade.....	13
5.1 Transferência da sede e fundação do núcleo urbano.....	21
5.2 A formação política de Lajeado.....	42
5.3 Evolução Urbana de Lajeado.....	45
6. Inventário do Patrimônio Cultural e Histórico de Lajeado de 1992.....	48
7. Novo Inventário.....	58
7.1. Metodologia - IPHAE.....	58
7.2.1. Graus de Proteção.....	63
7.2.2. Valores estabelecidos ao bem.....	63
7.3. Patrimônio Inventariado.....	65
8. Considerações finais.....	102
Referências.....	104

1. Apresentação/introdução

A Constituição Federal de 1988, em seu Artigo 216, ampliou o conceito de patrimônio estabelecido pelo Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, substituindo a denominação, Patrimônio Histórico e Artístico, por Patrimônio Cultural Brasileiro. Segundo o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), “essa alteração incorporou o conceito de referência cultural e a definição dos bens passíveis de reconhecimento”¹.

Nesse sentido, a Constituição de 1988, Artigo 216, conceitua Patrimônio Cultural como sendo os bens “de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira”².

Na definição incluem-se as “formas de expressão; os modos de criar, fazer e viver; as criações científicas, artísticas e tecnológicas; as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico”³.

Assim, o Patrimônio Cultural pode ser entendido como o legado material e imaterial que é passado de geração em geração. É um processo contínuo de transmissão de valores e crenças, de saberes e modos de fazer e de viver que caracterizam um grupo social, uma comunidade⁴.

O Patrimônio Cultural é produzido por alguém que é transitório, é a marca de sua vivência, porém se torna eterno por meios dos bens materiais e imateriais por ele produzidos e que são perpetuados. Ao mesmo tempo carrega a identidade de um grupo, de uma sociedade, carregado de significados⁵. A riqueza do Patrimônio Cultural brasileiro é o reflexo da diversidade do País. Cada região, cada cidade ou bairro tem sua história, uma formação e peculiaridade⁶.

Sendo assim, conforme o IPHAN:

As cidades e os núcleos históricos representam as referências urbanas do Brasil. Nelas é possível vivenciar os processos de transformação do país, por meio da preservação de expressões próprias de cada período histórico. São lugares especiais de uma nação, constituem a base do Patrimônio Cultural Brasileiro e sua preservação é de responsabilidade da União, dos estados e municípios, e da sociedade civil⁷.

¹ Iphan (2024).

² Iphan (2024).

³ Iphan (2024).

⁴ Horta, Grunberg e Monteiro (2000).

⁵ Lópis (2017).

⁶ Menezes (2010).

⁷ Iphan (2024).

Na medida em que se conhece a cidade, o bairro e as localidades em que determinada sociedade está inserida está se conhecendo o processo da formação social, econômica e política.

Neste sentido, a formação e o desenvolvimento do município de Lajeado/RS, deu-se a partir da mescla de diferentes culturas, as quais legaram um vasto Patrimônio Cultural, seja material ou imaterial. Prédios, casas, praças, igrejas, festas, corais, sítios arqueológicos, entre outros, compõem esse patrimônio.

O núcleo urbano de Lajeado se formou às margens do Rio Taquari. Desde os tempos mais remotos grupos indígenas estabeleceram aldeias próximo ao recurso hídrico. Posteriormente, imigrantes europeus e africanos se fixaram nos mesmos locais originando um povoado. Com o passar dos anos, o aumento populacional e a ampliação da necessidade de infraestrutura e o natural desenvolvimento, novos espaços foram e estão sendo ocupados.

Dessa maneira, produzir e registrar o inventário do Patrimônio Cultural, denominado de Patrimônio Histórico de Lajeado se faz necessário, pois

O Inventário é utilizado como um instrumento de preservação do patrimônio arquitetônico e histórico, visto que com ele pode-se analisar as edificações que foram construídas em épocas e estilos diferentes. Passa-se então a conhecer melhor todas as edificações e ser uma ferramenta de base para o desenvolvimento de políticas e práticas públicas para preservação do patrimônio, fundamentais para o correto desenvolvimento e proteção do patrimônio na atualidade⁸.

A realização do inventário junto à comunidade, além de possibilitar o contato do cidadão com seu passado, para conhecê-lo e dar-lhe o valor, contribui para a construção da identidade coletiva.

Quando uma comunidade ignora seu patrimônio, institui a perda da memória coletiva, isto é, quando os símbolos culturais, materiais e imateriais são destruídos, a comunidade perde sua referência para que compreenda seu passado e, conseqüentemente, a ausência da consciência histórica do presente⁹.

⁸ Thomas (2020).

⁹ Garaeis (2005).

2. A Importância Do Inventário - Conceitos E Evolução

O inventário do patrimônio edificado desempenha papel central na preservação cultural, sendo ferramenta essencial para o registro, análise e compreensão dos bens culturais em seus contextos históricos, sociais, urbanos e econômicos. Conforme destaca o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), “as cidades e os núcleos históricos representam as referências urbanas do Brasil” e a preservação dessas expressões históricas é uma responsabilidade compartilhada entre a União, estados, municípios e sociedade civil. O inventário pode “constituir um tipo de diagnóstico interdisciplinar” para as ações dos órgãos governamentais, integrando as políticas urbanas gerais com as políticas de preservação.

Os inventários surgem como instrumentos de preservação ao documentar os bens culturais, promovendo conhecimento aprofundado e entendimento crítico sobre eles. Mais do que registros técnicos, os inventários são fontes interdisciplinares que conectam arquitetura, urbanismo, história, geografia, sociologia e outras áreas. Permitem revelar não apenas os valores intrínsecos das edificações, mas também suas relações com a paisagem, as dinâmicas sociais, culturais e econômicas deste ambiente e a identidade coletiva.

A complexidade de um inventário completo necessita de profissionais de diversas especificidades para a identificação desses valores de maneira mais precisa. Necessita também de participação da sociedade que lhe atribui valor, para fortalecer o pertencimento do patrimônio à sociedade e os vínculos para o respeito aos monumentos, a educação patrimonial e sua preservação.

Conforme ressalta o Instituto do patrimônio Histórico e Artístico do Estado (IPHAE),

O inventário não é uma etapa anterior ou uma atividade intrínseca ao tombamento, mas sim um instrumento de conhecimento e cadastramento cultural, baseado na legitimação e reconhecimento da comunidade a que pertence. Antes de ser um instrumento de proteção é um instrumento de identificação.

2.1 Evolução Histórica dos Inventários

Desde o início do século XX, documentos internacionais enfatizam a importância dos inventários como base para políticas de preservação:

- Carta de Atenas (1930): destacou a necessidade de inventários dos monumentos com informações gerais deles e fotografias para documentação internacional depositada e publicada no Escritório Nacional dos Museus;
- Conselho de Cooperação Europeu (1962): uniformizou internacionalmente o método de inventários, criando o Inventário do Patrimônio Cultural Europeu, com uma ficha de registro dos monumentos e identificação dos sítios.
- Carta de Veneza (1964): documentação e publicação dos trabalhos de restauração, conservação e arqueologia, com relatórios crítico-analíticos de todas as etapas disponibilizados aos pesquisadores.
- Norma de Quito (1967): menciona um instrumento de valorização como “requisito prévio a qualquer propósito oficial dirigido para revalorizar seu patrimônio monumental”.

Até então, os inventários eram complementares às ações de preservação, mas importantes para a documentação analítica do monumento isolado.

- Recomendação de Nairóbi (1976): inventários ganham importância e complexidade, passando do bem isolado para o conjunto, considerando a área urbana. Além do levantamento quantitativo, é necessário entender a evolução urbana com “dados arqueológicos, históricos, arquitetônicos, técnicos e econômicos”, incluindo os espaços públicos, privados e sua vegetação.

Considera não somente as características arquitetônicas, mas as estruturas sociais e técnicas, integrando o contexto urbano, o cotidiano, as atividades econômicas e culturais e as relações sociais.

- Carta de Petrópolis (1987): reforça a importância de inventários para sítios urbanos como procedimentos de preservação, mesma importância do registro de tombamento e das normas urbanísticas.

2.2 Processo metodológico dos inventários no Brasil

No Brasil, os inventários iniciaram-se como registros dos bens e acervos no território por necessidade de conhecimento e controle por Portugal. A mesma metodologia apenas de catalogação dos bens foi usada pelo Movimento Moderno de 1922, embora a preocupação dos intelectuais fosse a salvaguarda dos bens culturais, estes foram apenas catalogados para conhecimento.

O SPHAN (1936) - (atual IPHAN), órgão federal de preservação, se apropriou dos inventários apenas como um instrumento de tombamento, restrito aos imóveis de caráter excepcional, como meio de identificação e catalogação. Os inventários tiveram papel secundário, a preservação focava-se no tombamento e no registro em si.

Até 1938 não existiam registros da nossa arquitetura; sugere-se então, um inventário da arquitetura civil rural e urbana e estudo das técnicas construtivas e do mobiliário. Os bens, isolados ou em conjuntos, foram inventariados pelas características estéticas, mas houve distanciamento das relações espaciais urbanas, sociais, culturais e econômicas.

A partir dos anos 1970, com a descentralização das políticas de patrimônio e a criação de órgãos estaduais e municipais, o inventário ganhou destaque como ferramenta fundamental para a compreensão e proteção integrada dos bens culturais e de seu contexto.

Com o avanço da preservação, o inventário ganha importância, compreende a catalogação, levantamento de fontes, produção de estudos e pesquisas para a proteção material do bem e o conhecimento de toda sua complexidade, visando a perpetuação no tempo, dentro do processo de alterações urbanas, sociais, culturais e econômicas.

2.3 Evolução Histórica dos Inventários

Os inventários de patrimônio cultural desempenham um papel fundamental na revelação das relações entre edificações, a imagem da cidade e seus significados. Esses registros não apenas documentam os elementos arquitetônicos, mas também os integram à paisagem e ao contexto social, cultural e econômico que os envolve. Assim, tornam-se ferramentas essenciais para a compreensão e a valorização do espaço urbano como um todo.

Ao mapear o patrimônio edificado, os inventários se configuram como um "diagnóstico interdisciplinar" que pode subsidiar as ações dos órgãos governamentais. Por meio deles, é possível alinhar as políticas de preservação aos objetivos das políticas urbanas gerais, promovendo um planejamento mais integrado e sensível às especificidades locais.

Um marco nesse campo foi o Inventário de Proteção do Acervo Cultural da Bahia (IPAC-BA), realizado em 1985, que inovou ao abordar o levantamento do acervo cultural de forma abrangente. O trabalho não apenas catalogou monumentos e sítios urbanos, mas também integrou o contexto sociocultural em seus estudos, buscando revelar o significado intrínseco do patrimônio. Diferentemente de iniciativas anteriores que se restringiam a bens tombados, o IPAC-BA incluiu edificações não tombadas, reconhecendo seu valor para a identidade local. Essa abordagem ampliada reforça a ideia de que "a simples divulgação de valores culturais é, em si mesma, uma das mais eficientes formas de proteção dos bens culturais".

Essa visão reconhece o bem cultural como um organismo vivo e dinâmico, que acumula camadas de significados ao longo do tempo. Dessa forma, os inventários registram não apenas a materialidade das edificações, mas também os processos históricos e culturais que constroem continuamente a identidade de uma comunidade.

Para alcançar essa complexidade, é necessário reunir uma equipe interdisciplinar que possa considerar uma ampla gama de aspectos. Um inventário completo exige o levantamento de dados físicos, geográficos, climáticos, históricos, socioculturais, econômicos e políticos, além de questões relacionadas ao urbanismo, como o quantitativo de edificações tombadas, conjuntos preservados, edifícios relevantes, espaços livres, a infraestrutura e equipamentos, arquiteturas pitorescas, formas de preservação, o estado de conservação, políticas de uso e ocupação do solo, evolução demográfica e territorial.

Tudo isso pode se tornar apenas gráficos, mapas temáticos ou dados infinitos se não apresentarem uma leitura crítica por profissionais habilitados direcionados ao entendimento da preservação dos bens culturais.

Portanto, os inventários transcendem o papel de simples registros e se tornam ferramentas ativas de interpretação e proteção. Ao iluminar o contexto e os significados dos bens culturais, contribuem para a construção de políticas mais eficazes e para a valorização contínua do patrimônio como parte integrante da vida urbana e da identidade coletiva.

3. Objetivos e Etapas

O estudo técnico do Novo Inventário objetivou a atualização da lista dos imóveis arrolados no inventário de 1992, considerando o atual estado destes, as edificações já demolidas e a inclusão de novos bens. Para tanto, em outubro de 2023, foi firmado um acordo de cooperação entre o Município de Lajeado, representado pelo Prefeito, Sr. Marcelo Caumo e a Fundação Vale do Taquari de Educação e Desenvolvimento Social - FUVATES, a qual ficou responsável pela prestação de serviços para elaboração do novo Inventário do Patrimônio Histórico de Lajeado.

Assim, formou-se um grupo multidisciplinar das áreas da arquitetura e urbanismo e história, que elaborou critérios de seleção para a definição do inventário, a partir de parâmetros variados e da interlocução com diferentes atores representativos da área da cultura do município e da comunidade como um todo.

A equipe da Univates foi composta pelos seguintes profissionais:

Augusto Alves - arquiteto e urbanista coordenador da equipe;

Ângela Priscila de Gásperi - arquiteta e urbanista equipe do inventário;

Djulia Marder - arquiteta e urbanista equipe do inventário;
Taylane Katz - arquiteta e urbanista responsável pelo projeto gráfico;
Neli Machado - historiadora coordenadora;
Patrícia Schneider - historiadora supervisora;
Marcos Rogério Kreutz - historiador.

Por parte da administração Municipal de Lajeado, através da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer, a Gestora do Contrato foi Kelen Giongo e a Fiscal do contrato Adriana Jachetti, que acompanharam todo o processo, participando e organizando reuniões de alinhamento, além de auxiliarem no acesso aos documentos do Arquivo Histórico.

Dentre os objetivos do trabalho, podemos destacar:

- Realizar um estudo amplo e atualizado dos bens patrimoniais em todo do município;
- Gerar uma base para legislação municipal de salvaguarda do patrimônio histórico e cultural;
- Elencar estratégias para a promoção da educação patrimonial e da conscientização frente ao tema;
- Servir de base para a elaboração de material de divulgação e incentivo ao turismo no município.

O objeto do Inventário de Patrimônio Histórico de Lajeado é a listagem das edificações e monumentos com valor histórico e cultural do município, definidos a partir de critérios de seleção estabelecidos.

A proposta foi desenvolvida ao longo de 08 meses, conforme as seguintes etapas:

1) Definição de critérios de seleção dos bens:

Articulação da equipe, discussão e organização de parâmetros para seleção dos bens de patrimônio a serem estudados. O objetivo do primeiro mês de pesquisa foi gerar um mapeamento prévio de bens que constarão no inventário, identificando as edificações do inventário de 1992 e outras a serem incluídas, tanto na área de concentração no Centro e em outros bairros do município.

Nesta primeira etapa estava prevista a realização de uma audiência pública em conjunto com o Conselho de Cultura de Lajeado para discussão dos conceitos e critérios de seleção dos bens a serem incluídos no Inventário.

Duração: 6 semanas (dezembro de 2023 e janeiro de 2024)

A audiência pública “Atualização do Inventário do Patrimônio Histórico”, realizou-se na manhã do dia 13 de março de 2024, no Labilá, Rua Mal. Deodoro, 379, Centro. Na audiência a equipe do Inventário apresentou a metodologia de levantamento dos bens edificados e debateu sobre os critérios de seleção dos mesmos.

2) Pesquisas e levantamentos de campo:

Após a etapa de seleção prévia, todos os bens foram visitados e estudados in loco para documentação do seu estado de conservação, sendo criadas fichas catalográficas para compor o inventário. Esta foi a etapa de maior incidência de deslocamentos e mobilização das equipes, além de ocorrer, em paralelo, a pesquisa bibliográfica e documental.

A metodologia consistiu no preenchimento das fichas catalográficas, conforme modelo e critérios definidos pela equipe, em consonância com os órgãos patrimoniais. Foram realizados levantamentos fotográficos e especificados o período histórico, usos, estado de conservação, características arquitetônicas.

Duração: 12 semanas (janeiro a abril de 2024)

3) Análises e organização do material;

A etapa de levantamento originou uma grande quantidade de material e documentação. Esta etapa compreendeu a sistematização desses dados, a filtragem e compilação dos formulários de levantamento e organização das pesquisas. Neste período foi delineado o formato e as partes que comporão o documento final.

Duração: 6 semanas (abril e maio de 2024)

4) Elaboração do documento final.

A última etapa desta fase compreende no tempo de edição e elaboração do documento final, que pretende ser uma publicação de caráter oficial e científico, mas também uma documentação que proporcione a disseminação da educação patrimonial no município com o forte apoio do meio acadêmico.

O material a ser entregue será organizado em formato de caderno técnico composto de textos, imagens, gráficos, e ilustrações, incluindo os seguintes tópicos:

- Procedimentos metodológicos do processo de inventário e critérios de seleção;
- Histórico e evolução urbana da cidade visando contextualizar as edificações, incluindo levantamentos de documentos escritos e imagens históricas de apoio para a compreensão do valor do bem;
- Análise e categorização das edificações levantadas, buscando dar uma visão de conjunto ao acervo de imóveis que seja representativo de diferentes períodos e categorias de bens;
- Fichamento de cada imóvel de acordo com a metodologia estabelecida e embasada na atualidade dos conceitos patrimoniais.

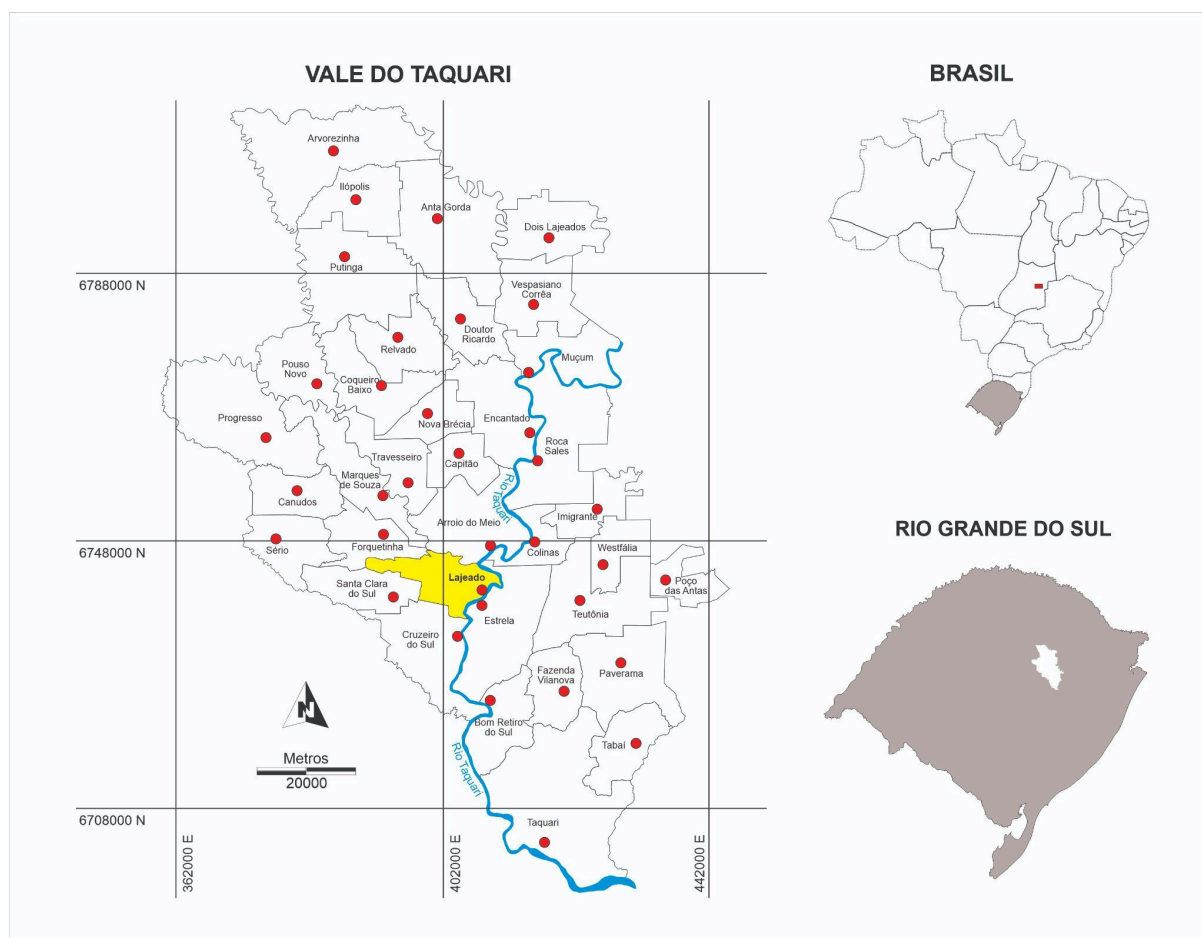
Duração: 8 semanas (junho e julho de 2024)

Conforme o contrato, estava previsto nos serviços a serem prestados, uma atividade de Capacitação de Professores, na forma de palestra ou oficina, com duração de uma manhã e uma tarde, sobre os bens patrimoniais do município e conceitos básicos de educação patrimonial.

4. Município de Lajeado

O Município de Lajeado está inserido na região denominada Vale do Taquari, localizada no centro-leste do Estado do Rio Grande do Sul. Com área de 91.231 quilômetros quadrados, Lajeado possuía, em 2022, uma população de 93.646 habitantes¹⁰.

Lajeado situa-se a aproximadamente 117 quilômetros da capital do Estado, Porto Alegre, e 110 quilômetros da região de Caxias do Sul. Entre os municípios que compõem o Vale do Taquari, Arvorezinha é o mais distante por via rodoviária, situado cerca 89 quilômetros, enquanto que Estrela é o mais próximo, a 5 quilômetros¹¹.



Localização do Município de Lajeado.

Fonte: Adaptado com base em Eckhardt (2005).

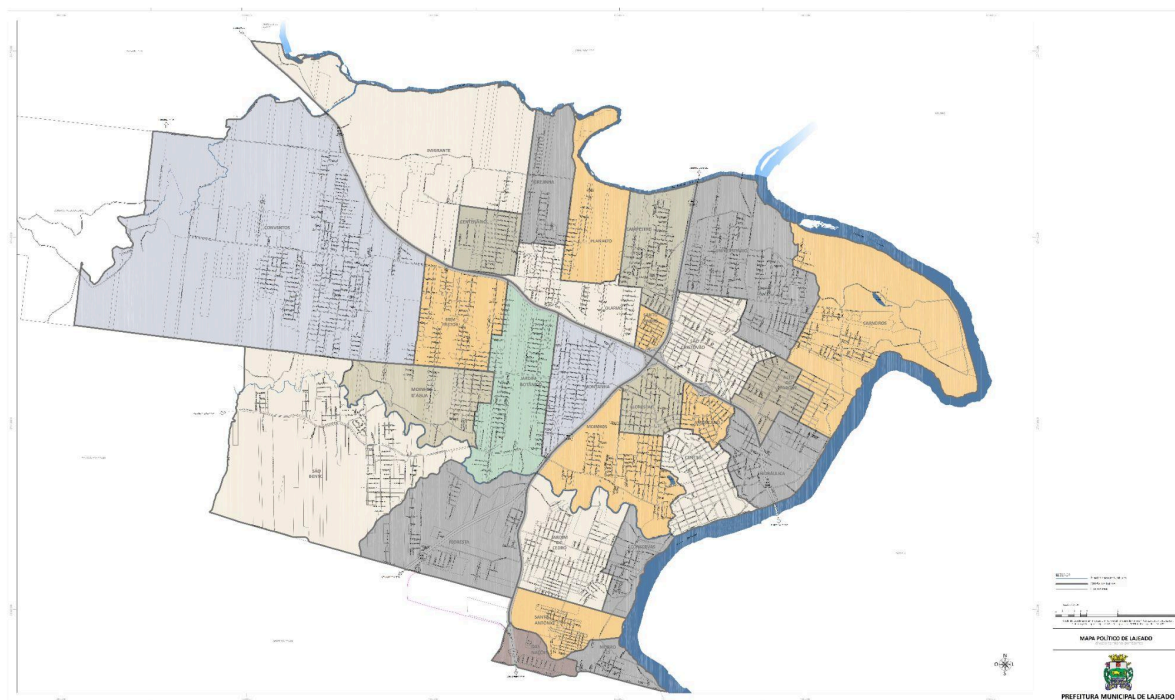
De acordo com o Censo Demográfico de 2022, Lajeado figura na vigésima posição entre os municípios mais populosos do Rio Grande do Sul. Em comparação ao Censo de 2010, apresentou aumento de 29,67% no número de habitantes¹².

¹⁰ Ibge (2024).

¹¹ BDR (2011).

¹² Ibge (2024).

A população de Lajeado vive basicamente na área urbana e a cidade está dividida em 28 bairros: Alto do Parque, Americano, Bom Pastor, Campestre, Carneiros, Centenário, Centro, Conservas, Conventos, Floresta, Florestal, Hidráulica, Igrejinha, Imigrante, Jardim Botânico, Jardim do Cedro, Moinhos, Moinhos D'Água, Montanha, Morro 25, Nações, Olarias, Planalto, Santo André, Santo Antônio, São Bento, São Cristóvão e Universitário¹³.



Mapa do Município de Lajeado, outubro/2023.

Fonte: Prefeitura Municipal de Lajeado, 2024.

Lajeado ao longo das últimas décadas se destacou por ser o pólo centralizador das atividades regionais. Dessa maneira, por ser o centro econômico, social e demográfico do Vale do Taquari, tem influência sobre os demais municípios da região¹⁴.

5. Evolução histórica e urbana da cidade

Muito tempo antes da chegada dos imigrantes europeus e dos escravizados africanos em Lajeado, grupos indígenas, Caçadores Coletores e Guarani, habitavam as terras que formam o território do atual município.

Em Lajeado foram registrados junto ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, IPHAN, órgão responsável pela gestão do patrimônio arqueológico brasileiro,

¹³ Prefeitura (2024).

¹⁴ Bergamaschi (2014).

sítios Caçadores Coletores e Guarani. Entre eles, na localidade de Conventos - Sítio Arqueológico RS-TQ-127 (Caçador Coletor) e, em Carneiros - o sítio RS-T 102 (Guarani)¹⁵.

Entre finais do século 18 e a partir do início do século 19, o território do município de Lajeado recebe os primeiros colonizadores europeus, imigrantes portugueses e seus descendentes. Paralelo a chegada dos portugueses, acontece a inserção dos africanos escravizados, os quais foram utilizados como mão de obra, especialmente nas lavouras e na extração de madeira e erva-mate.

Em 1800, os irmãos José Ignácio e João Ignácio Teixeira, moradores de Porto Alegre, recebem “terras na Serra de Taquary” do governo português, onde hoje estão fixados os municípios de Lajeado e Estrela¹⁶. Na área onde se situa Lajeado, o Conde de Resende, vice-rei do Brasil, concedeu sesmaria a José Ignácio Teixeira, em 1800¹⁷.

Para explorar as terras, condição para a concessão da sesmaria, os irmãos Teixeira, em 1794, firmaram uma sociedade. Assim, na margem direita do Rio Taquari foram estabelecidas as Fazenda dos Conventos e a Fazenda Carneiros ou Lajeado. Nas duas primeiras décadas do século 19, as fazendas foram exploradas economicamente, especialmente com a extração de madeira e da erva-mate e o plantio de cereais, como o trigo. Depois de mais de duas décadas os negócios dos irmãos Teixeira acabaram falindo¹⁸.

¹⁵ Kreutz (2015).

¹⁶ Vedoy (2018).

¹⁷ Sinopse (1800).

¹⁸ Ahlert e Gräff (2019).

produz-se uma economia rural. Em pontos específicos, iniciam-se núcleos assim que há uma população suficiente e uma produção agrícola que necessite do exercício de funções de apoio correlatas.” (Müller 1976, p. 47)

Período (1853-1862): Do início da colonização da região até a criação do núcleo urbano: A imigração europeia

Um novo ciclo na história da região se abre com a colonização europeia, quando se inicia um processo mais intensivo e sistemático de ocupação das terras que tem como base o minifúndio rural e a agricultura familiar. Trata-se de fato de uma nova base socioeconômica e cultural distinta da ocupação original luso-brasileira anteriormente descrita.

A imigração europeia iniciou com a vinda de colonos alemães para o Brasil, o que se deu no quadro mais amplo das transformações ocasionadas pela Revolução Industrial e que representava a expansão do capitalismo em nível mundial. O avanço do processo de industrialização na Europa e a crise do campo foram responsáveis pelo êxodo rural em países como Alemanha e Itália. A imigração para as américas foi uma das saídas para a situação de crise vivida em solo europeu, além de abrir novos mercados para as economias capitalistas em formação.

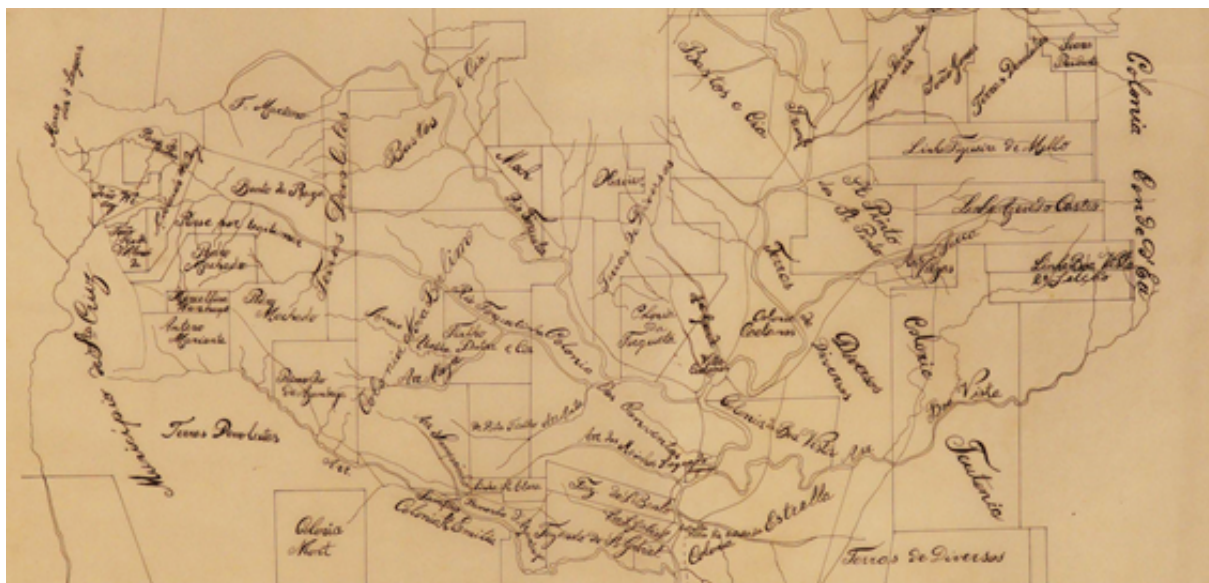
No Vale do Taquari a colonização vai ter início, primeiramente com os alemães ou filhos destes, a partir de 1853 e mais tarde, a partir de 1878, com os italianos. Esse processo “veio a modificar profundamente o panorama demográfico e econômico da região, determinando a ocupação de sua parte norte, até então habitada por posseiros e índios”. (Ahlert e Gedoz, p. 20)

A colonização do Vale do Taquari e a ocupação efetiva do seu território se deu justamente a partir da Lei de Terras de 1850, regulamentada em 1854, estendendo-se até o final do século. Ela se deu por meio de um novo sistema de negócios imobiliários de compra e venda de terras com a atuação de agentes colonizadores privados em uma área que se estendia dos atuais municípios de Bom Retiro do Sul até Guaporé.

O precursor e principal agente colonizador na região foi Antônio Fialho de Vargas , que comprou as terras recomendadas ao governo provincial pela Câmara de Taquari para o estabelecimento de colônias agrícolas. Segundo Schierholt,

Antônio Fialho de Vargas é o fundador e patriarca de Lajeado, não por ter sido um dos primeiros proprietários de terras do território onde se localiza a cidade e o primeiro distrito, mas por ter adquirido estas fazendas, a dos Conventos e a do Lajeado ou Carneiro e aí ter estabelecido sua casa, a senzala e demais dependências, trazendo sua família, seus pertences e promovido, sob as bases do povoamento luso-brasileiro já existente, a colonização. (1993, p. 64)

A fazenda dos Conventos é citada pela primeira vez na “Escritura de Distrate de Sociedade” dos irmãos João e José Inácio Teixeira de 1824, documento da partilha dos bens por ocasião do fim da sociedade, tendo sido constituída a partir da divisão das terras das sesmarias por eles compradas ao constituírem sociedade imobiliária no ano de 1794. (Schierholt, p. 28 e 62) A Fazenda dos Conventos foi criada pelos irmãos Teixeira na primeira década do século XIX e mais tarde comprada pela sociedade Batista & Fialho Cia, que tinha Antônio Fialho de Vargas como diretor.



Mapa das colônias no território de Lajeado-Estrela na segunda metade do séc. XIX. Fonte: Arquivo Histórico Municipal de Lajeado.

Em 20 de março de 1855 Antônio Fialho de Vargas fundou a Colônia dos Conventos, tornando-se seu administrador. Sua sede localizava-se no atual bairro Carneiros, a seis quilômetros do centro de Lajeado, junto à foz de um pequeno arroio, onde se situava o primitivo porto. Próximo dali, no alto do “Paredão”, um rochedo que se avista do rio, Vargas abriu ruas, construiu seu sobrado, senzala, moinho, serraria e demais benfeitorias para estruturar o primitivo núcleo que daria suporte ao início da colonização. (Schierholt, p. 63) Esse local ficou conhecido como Conventos Velho, visto que foi o local de origem da colonização na região e para não confundir com a colônia de Conventos Alto, que seria aberta pouco depois no atual bairro de mesmo nome.

Como investimento particular, fora desta empresa, Fialho de Vargas também adquiriu terras em Estrela, Arroio do Meio e Muçum, tornando-se um dos maiores compradores de terras na região entre os anos de 1850 e 1885, concentrando diversas propriedades de terras devolutas que depois seriam por ele loteadas e vendidas como lotes coloniais. Nesse processo Vargas comprou terras em áreas mais distantes, em Forquetinha,

na fazenda de São Bento (atualmente bairro de Lajeado) e na fazenda de São Caetano (atualmente bairro de Arroio do Meio).

Ainda que a colonização no Vale do Taquari fosse um empreendimento particular, seus administradores tinham de enviar relatórios ao governo provincial para prestar contas do seu desenvolvimento. No Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul foram encontrados alguns destes relatórios em que Antônio Fialho de Vargas relata ao presidente da província a situação da Colônia de Conventos.

Segundo a descrição de Fialho de Vargas, a Colônia de Conventos compreendia as terras das fazendas de Conventos e Lajeado reunidas, totalizando uma área equivalente a aproximadamente 10.780 hectares, dividida em lotes de 72 ou 36 hectares, vendidos para colonos imigrantes ou já nascidos no país. Os colonos tiravam o sustento, sobretudo da produção agrícola, citando as culturas do feijão e do milho, além do extrativismo da erva-mate e da madeira.

No entanto alguns deles também exerciam paralelamente alguma atividade especializada, como ferreiros, marceneiros, moleiros, sapateiros, alfaiates entre outros ofícios, suprimindo as necessidades básicas da própria colônia. Este fato pode ser visto como uma não observância de uma das condições da legislação imperial, que exigia que os imigrantes que chegassem à província fossem realmente agricultores. Talvez por isso Fialho ressalte que a produção artesanal da colônia destinava-se tão somente para o consumo interno, e que os artesãos eram também agricultores na maior parte do tempo.

Fialho de Vargas também descreve no relatório as dificuldades que existiam para o escoamento da produção, seja pelas precárias condições de navegação, seja pela falta de estradas. Como solução ele faz uma série de proposições, sugerindo a abertura de estradas que a ligassem a colônia com outras regiões e com a capital da Província, demonstrando assim possuir um amplo conhecimento regional e uma percepção das condições necessárias para o seu desenvolvimento. Mas também fica implícita a defesa dos seus interesses particulares em desenvolver a região onde ele tinha seus investimentos e realizava seus negócios.

Estes relatórios também possibilitam uma análise do crescimento populacional e da produção agrícola da Colônia de Conventos. Schierholt (1993) apresentou estes dados sobre os primeiros anos da colonização, como podemos ver nas tabelas abaixo. Nos sete primeiros anos, a população da Colônia passou de 59 para 322 habitantes, um crescimento médio anual de 27,4%. Entre os anos de 1859 e 1861 se deu o maior afluxo populacional (média de 35,5%), acompanhado da maior constituição de novas famílias (média de 56%) na recém-fundada colônia (TABELAS 1 e 2)

TABELA 1 – População da Colônia de Conventos entre 1855 e 1862

ano	número de famílias	habitantes	tamanho das famílias
1855	13	59	4,5
1859	28	168	6
1860	45	231	5,1
1861	68	306	4,5
1862	75	322	4,3

Fonte: adaptado de Schierholt, 1993: 72 por Ahlert e Gedoz, 1999:23

TABELA 2 – Crescimento médio anual da população da Colônia de Conventos entre 1855 e 1862

período	Crescimento médio anual de famílias (%)	Crescimento médio anual de habitantes (%)
1855 a 1859	21,1	29,9
1859 a 1860	60,7	37,5
1860 a 1861	51,1	32,5
1861 a 1862	10,3	5,2
1855 a 1862	28,4	27,4

Fonte: adaptado de Schierholt, 1993: 72 por Ahlert e Gedoz, 1999:23

Em 1867 Antônio Fialho de Vargas envia uma carta ao seu sócio e primo, descrevendo a situação da Colônia de Conventos, 12 anos após sua fundação, podemos observar a evolução que as colônias viveram nos primeiros anos de sua implantação:

Na carta Fialho de Vargas relata um crescimento constante da população, assim como um aumento gradual dos principais produtos agrícolas, que eram o milho, o feijão e a batata, únicos que eram exportados. Além destes, outros cereais eram cultivados e havia produção de tecidos e vinho para consumo próprio da colônia, mas alguns gêneros faltavam, como o fumo.

No que tange às comunicações, Vargas cita duas estradas, uma na margem direita do rio que ligava a colônia a Santo Amaro e Taquari e outra na margem esquerda, que levava até Taquari e de lá para São Leopoldo e para Porto Alegre. Mas o diretor da colônia reclamava da falta de um passo para cruzar o rio, o que tinha de ser feito por terras particulares, gerando inconvenientes. Sugere, assim, a criação do passo logo acima da cachoeira de Lajeado, para onde o núcleo urbano fora transferido havia cinco anos. Esse local apresentava as condições adequadas para a passagem, além de ligar com as colônias

vizinhas de Estrela e Teutônia e com a estrada que subia a serra. Outra estrada, aberta pelo próprio Fialho de Vargas na margem direita, fazia a ligação com Passo Fundo, servindo para as trocas comerciais.

Na região de colonização alemã, as colônias também eram chamadas de “picadas” ou “linhas”, devido às vias que eram abertas para dar acesso aos lotes. Uma das mais antigas colônias da região está localizada no atual bairro de Conventos. Essa colônia se dividia em três partes: Picada dos Conventos, de São José dos Conventos e de São José, todas na mesma “linha”, que hoje é a Avenida Pedro Teobaldo Breitenbach. A primeira era predominantemente formada por famílias luteranas, que lá se estabeleceram por volta de 1856, e foi a que apresentou o maior desenvolvimento no período inicial da colonização, inaugurando a primeira escola de toda colônia no ano de 1861. A picada de São José dos Conventos, por sua vez, tinha predominância de famílias católicas e foi fundada em 1860. (Schierholt, p. 76-77)

Vargas observou na carta de 1867 que faltava uma escola masculina e uma feminina na colônia, deixando a entender que nem todas as picadas eram bem servidas quanto ao ensino. A Igreja, seja a católica ou a luterana, estava presente nas comunidades como parte constituinte das mesmas, não deixando os fieis desassistidos, mesmo que em algumas localidades o padre ou pastor tivesse de vir de fora para realizar as cerimônias.

Nesse período, as colônias de São Bento, Conventos e Carneiros ou Lajeado já estavam divididas em lotes coloniais parcialmente ocupados, enquanto que a demarcação das colônias seguia para áreas mais para o interior, como Forquetinha. As terras que Fialho de Vargas havia comprado e estava loteando para venda nesse período ficavam além do rio Forqueta, como a Fazenda de São Caetano, o que faz dele também o fundador da colonização do atual município de Arroio do Meio. Sua grande propriedade se estendia ao norte até onde hoje se localiza a Linha Pinheirinho, na divisa entre os municípios de Guaporé e Muçum, que marcava o limite norte do primitivo território de Lajeado.

Ao mesmo tempo que as colônias iam sendo criadas com a venda dos lotes rurais aos colonos e o território ia sendo ocupado, em cada colônia, formavam-se povoados, incipientes núcleos urbanos ao redor dos quais se desenvolveu a vida política, administrativa, cultural e religiosa das comunidades, que depois viriam a se transformar em sedes de localidades, distritos, vilas e mais tarde dos futuros municípios da região.

“O florescimento das colônias e os dispositivos da lei provincial nº 304, de 30 de novembro de 1854 - que estabelecia as condições para a criação e desenvolvimento dos centros urbanos, dispondo que deveriam ser reservadas áreas para estradas, portos, igrejas, etc. – contribuíram para a formação de vilas e cidades.” (Ahlert e Gedoz, p. 26) Outro fator que contribuiu para o surgimento dos primeiros núcleos urbanos na região foi a presença de mão-de-obra especializada entre os agricultores, por meio de artesãos de

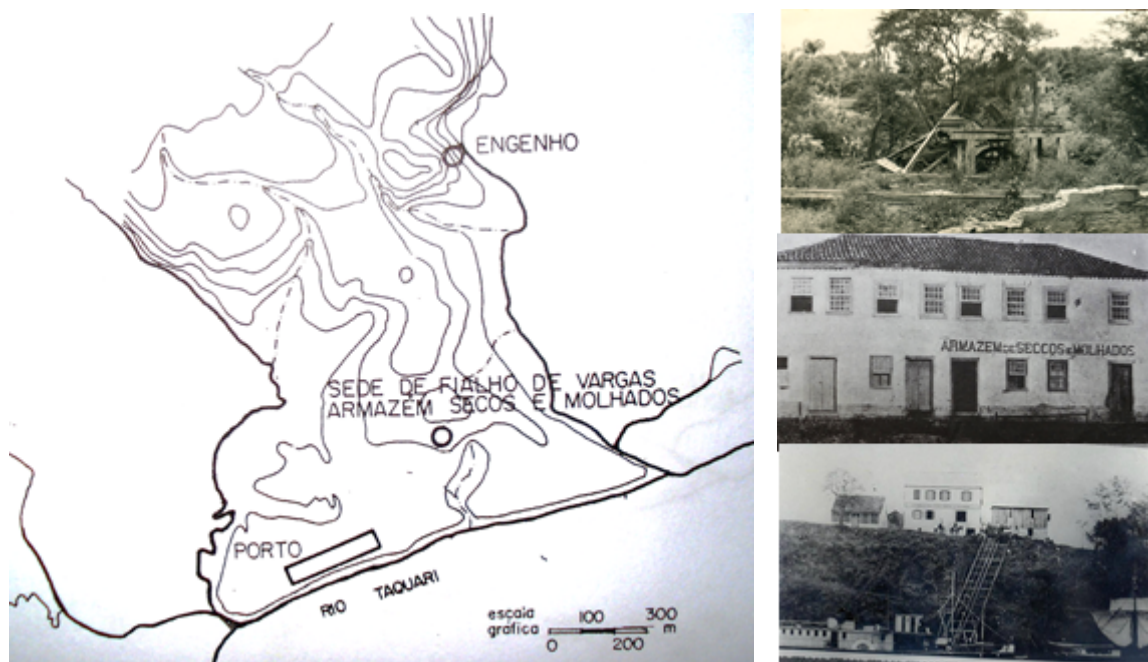
diversas profissões que prestavam serviços de apoio à produção rural, como ferreiros, carpinteiros, oleiros, tecelões, alfaiates, sapateiros, entre outros.

Ao longo da segunda metade do século XIX, com o processo de colonização em curso e o desenvolvimento das colônias, a região do Vale do Taquari passou por uma série de transformações em seu território com as divisões político-administrativas que foram surgindo a partir das emancipações dos novos municípios. O primeiro município da região é Taquari, criado em 1849 a partir do desmembramento de Triunfo, que por sua vez surgiu em 1831 com território formado em parte de Porto Alegre e parte de Rio Pardo. Estes dois municípios, juntamente com Santo Antônio da Patrulha e Rio Grande formaram em 1809 a primeira divisão municipal do território do Rio Grande do Sul. A partir do município-mãe de Taquari, surgiram todos os demais que hoje formam a região: Estrela em 1876, muito embora a instalação do município só se desse em 1882, Lajeado em 1891, Encantado em 1915. A parte norte de Encantado tem origem no antigo território de Rio Pardo (1809), do qual se desmembrou Cruz Alta (1834) e Passo Fundo (1857), do qual se originou Soledade em 1875. Uma pequena parte do território de Soledade, correspondente aos atuais municípios de Putinga em direção norte, foi desmembrada para a criação do município de Encantado em 1915.

5.1 Transferência da sede e fundação do núcleo urbano

Como vimos, a sede da Fazenda dos Conventos e depois o núcleo inicial da Colônia dos Conventos se situavam originalmente na foz do arroio Conventos, no alto do Paredão, o rochedo que se destaca na paisagem junto à margem do rio no atual bairro Carneiros. No entanto, o local se mostrou inadequado para o estabelecimento do núcleo urbano, uma vez que o rio apresentava cachoeiras que dificultavam a navegação, sobretudo nos períodos de estiagem quando o nível da água ficava muito baixo ou durante as cheias, quando a correnteza também interrompia o transporte fluvial. *“A ‘Cachoeira do Lajeado’ não permitia a passagem de barcos maiores para atracar no ‘porto’ de Conventos Velho, a não ser em períodos de chuvas. Obrigava a cachoeira o desembarque de passageiros e cargas em local mais abaixo, oferecendo mais segurança às embarcações, abrigo às cargas e comodidade aos passageiros. Surgiu assim o porto de Lajeado* (Schierholt, p. 78)

Para este local onde as rochas afloravam do leito do rio, formando a cachoeira do Lajeado e uma estiva natural, Antônio Fialho de Vargas transferiu o núcleo da colônia em 1862, mandando construir um novo porto, o engenho e a sua própria casa, além de abrir as primeiras vias do incipiente povoado. O toponímico Lajeado tem origem nesse acidente natural, que também emprestava o nome ao arroio que deságua no local, hoje rebatizado de arroio do Engenho em alusão à benfeitoria criada por Vargas.



Mapa do núcleo urbano e imagens dos equipamentos: engenho, armazém secos e molhados e porto (de cima para baixo)

Fonte: Arquivo Histórico Municipal de Lajeado.

Conforme vimos na carta enviada por Fialho de Vargas a seu primo, o lugar mais adequado para o estabelecimento do porto situava-se logo abaixo da “cachoeira do Lajeado”, uma vez que *“deste ponto para baixo há navegação fluvial, pelo rio, a maior parte do ano...”*, além de ser o lugar mais conveniente para criação de um passo, visto que *“no verão dá excelente vau... e tem ainda a dobrada vantagem de comunicar-se com a Colônia da Estrela e Teutônia, que ocupam a margem esquerda e dá passagem para a estrada de cima da Serra.”*

A localização deste porto se deu junto às íngremes barrancas do Taquari, onde hoje se situa a rua Oswaldo Aranha, próximo à Praça Moreira César, no centro de Lajeado. A pouco mais de meio quilômetro dali, onde hoje fica a praça Mal. Floriano (praça da Matriz), Fialho de Vargas construiu um casarão, que funcionava como armazém, hospedaria, administração da colônia e local de sua própria residência. A ligação entre estes dois núcleos se dava pela rua Silva Jardim, que formavam uma diagonal com as demais ruas, justificando o alinhamento enviesado do sobrado de Fialho de Vargas. *“Além de servir de moradia para Fialho de Vargas, no decorrer dos anos teve o sobrado as mais variadas utilidades, como hotel, comércio, aulas, culto religioso, salão de festas, cartório distrital.”* (Schierholt, p. 84) O sobrado foi vendido em 1885 e transformado em “armazém de secos e molhados”, abrigando também atividades de salão de baile, cinema, teatro e saraus, até sua demolição, logo após o baile de comemoração do Centenário da Independência.

Além do porto e do casarão, o administrador da colônia também construiu um engenho com moinho para grãos e serraria, localizado no atual parque do Engenho, junto ao arroio de mesmo nome, que originalmente se chamava Lajeado e emprestou o nome à cidade. O engenho era um complexo que foi sendo ampliado com o passar do tempo à medida que mudava de dono. Era constituído por uma represa e canais que moviam rodas d'água para a serraria e para o moinho de milho, o descascador de arroz e o extrator de óleo. Esse complexo prosperou como centro manufatureiro do núcleo urbano por décadas, tendo sido continuamente aprimorado até que a grande enchente de 1941 o destruiu. (Schierholt, p. 79-80).

O núcleo urbano da Colônia se originou com o estabelecimento do porto, do engenho e do sobrado. Estas instalações desempenhavam as funções básicas que davam suporte à colonização da área, atuando como equipamentos urbanos especializados que prestavam serviços à população rural que a eles recorria, iniciando assim o desenvolvimento do assentamento urbano que originou a cidade.

O engenho tornou-se ponto de convergência de estradas que vinham de todas as direções e localidades trazendo toras e retornando com a madeira serrada, assim como para os grãos que eram transformados em farinha e abasteciam as diferentes picadas.

O transporte fluvial também foi se intensificando cada vez mais, uma vez que era o principal meio de comunicação para longas distâncias, transporte de mercadorias e escoamento da produção colonial. Dessa forma o porto foi ganhando cada vez mais importância, que pode ser constatada por meio do estabelecimento no local de armazéns, trapiches e as maxambombas, que erguiam e baixavam as mercadorias nas barrancas do rio, fazendo o trabalho de carga e descarga das embarcações. *“Companhias de navegação procuraram assentar suas agências no porto para armazenar fretes e depositar combustível. Carpinteiros e mecânicos de barcos fixaram suas oficinas e estaleiros na Rua da Praia para construção ou reformas de canoas, botes, gasolinas e vapores. Bares e restaurantes, estalagens para marítimos e depois hotéis para passageiros transformaram o cais do porto de Lajeado numa movimentada rua e centro comercial.”* (Schierholt, p. 82)

O núcleo primitivo localizado em Conventos Velho, onde Fialho de Vargas tinha instalado por volta de 1855 sua casa e outras benfeitorias, acabou desativado juntamente com o porto, uma vez que não encontravam mais sentido de existir com o novo assentamento.

Dessa forma, o primeiro traçado urbano se desenvolveu entre o porto e o engenho, nos terrenos mais altos que formavam o divisor de águas dos arroios Lajeado e Moinhos. Nesta linha foram abertas as duas ruas principais do núcleo original, a Júlio de Castilhos e a Bento Gonçalves, que ligam a praça Marechal Floriano, ou praça da matriz com as estradas que levavam às colônias. Oito ruas transversais completavam esse primeiro traçado urbano,

que ainda contava com um trecho de dois quarteirões da av. Benjamin Constant, que se ligava à rua Silva Jardim e desta ao porto. De ambos os lados haviam as baixadas inundáveis dos arroios que sofriam com as cheias anuais e, portanto, não se prestavam para a urbanização.

Esse traçado foi feito a mando de Fialho de Vargas, que também doou uma área de terras para o estabelecimento do núcleo cívico-religioso, formado pelos terrenos da praça, igreja, escola, casa paroquial e cemitério, este do outro lado do arroio Lajeado. A partir daí, inúmeras casas começaram a ser construídas, sobretudo na praça e na rua Júlio de Castilhos, a principal via do incipiente núcleo, a maior parte delas nas décadas de 1880 e 1890.

Mas o plano do traçado urbano não foi implementado logo de forma completa, uma vez que Fialho de Vargas abriu somente as principais vias que ligavam o engenho ao porto e as do entorno da praça, deixando as demais no papel e gerando queixas dos moradores. (Schierholt, p. 86) No lado leste da praça Santo Inácio (ou da Matriz, hoje Marechal Floriano), na face oposta ao sobrado de Vargas, foi construída a capela de Santo Inácio, inaugurada em 1878, ampliada e transformada em igreja matriz três anos mais tarde. Ao lado dela foi erguida a casa canônica para a moradia dos padres jesuítas.

Quanto à evolução político-administrativa do território, quando da criação das primeiras quatro vilas da Província em 1809 (equivalentes aos atuais municípios), os primitivos habitantes das terras que hoje compõem o Vale do Taquari ficaram sob a jurisdição eclesiástica da freguesia de Santo Amaro, pertencente à vila de Rio Pardo. Em 1832 foi criada a vila de Triunfo, que engloba as terras de todo o Vale do Taquari, que em 1849 passam a pertencer à Taquari, com a elevação desta à categoria de vila. Com a criação da freguesia de Santo Antônio de Estrela, Lajeado passa a integrar seu território na condição de 2º distrito, deixando de pertencer à vila de Taquari e à paróquia de Santo Amaro.

No ano de 1876 foi criada a freguesia de Santo Antônio de Estrela, a partir da emancipação de Taquari, dividida em dois distritos, ficando a sede em Estrela e o 2º distrito no povoado de Santo Inácio dos Conventos, que teve o nome alterado para Santo Inácio de Lajeado. O centro da administração local ficava no sobrado de Fialho de Vargas, na praça de Santo Inácio, onde também se rezavam as missas antes da construção da igreja.

Porém com a demora na instalação da freguesia de Estrela, que só se efetivaria em 1882, na prática Lajeado continuou subordinado à Taquari, trazendo poucas mudanças em relação à situação anterior. Essa demora motivou as lideranças locais a se organizar na busca por maior autonomia política e requerer a elevação do distrito à categoria de freguesia, o que ocorreu em 1881. (Schierholt, p. 91)

Mesmo assim, a elevação de Lajeado à categoria de distrito e depois freguesia contribuiu para algumas mudanças do ponto de vista das questões jurídicas e eclesiásticas, aumentando, mesmo que pouco, sua autonomia política e status urbano. Nas Atas da Câmara de Vereadores constam inúmeras atividades realizadas em Lajeado no período de nove anos em que esteve sob a dependência política de Estrela.

As receitas eram muito limitadas, oriundos de impostos e taxas municipais, havendo pouco ou nenhum retorno dos impostos estaduais e federais, enquanto que as despesas se davam com alguns poucos funcionários e obras públicas. As comunidades se reuniam em comissões para requerer suas demandas, geralmente obras ou melhorias na infraestrutura de seu interesse e os requerimentos eram apreciados por comissões de vereadores para aprovação. No período do Império, o poder executivo era exercido pela própria câmara de vereadores, por meio do seu procurador. A maior parte das demandas dizia respeito à abertura e conservação de estradas e construção de pontes e passos para a ligação das diferentes localidades entre si e com a sede. (Schierholt, 1993)

Com o passar dos anos e o desenvolvimento das colônias, as demandas só aumentavam e as lideranças locais não se contentavam mais em recorrer à Estrela para fazer suas solicitações, que por sua vez não conseguia dar conta de administrar a um território tão grande e atendê-lo com os poucos recursos dos quais dispunha. O segundo distrito de Santo Inácio de Lajeado, depois freguesia, se desenvolvia rapidamente, inclusive nas áreas mais distantes, na parte alta do Vale do Taquari, que foi sendo colonizada mais tardiamente por imigrantes italianos e seus descendentes, a partir de 1878, além de alemães e outras etnias em menor número.

É preciso fazer a consideração de que na época, o território da freguesia de Santo Antônio de Estrela abrangia uma vasta área que englobava aproximadamente 84% do Vale do Taquari, excetuando-se uns 16% da parte sul, onde predominava a colonização açoriana, nos atuais municípios de Bom Retiro do Sul, Fazenda Vilanova, Paverama, Tabaí e Taquari. Desta grande área, o primeiro distrito com sede em Estrela, ocupava a margem esquerda do rio Taquari, abrangendo algo em torno de 15% do território do Vale, ao passo que o 2º distrito de Santo Inácio de Lajeado ocupava as terras na margem direita, totalizando cerca de 69% do território.

Não existem dados estatísticos precisos sobre o número de habitantes de cada localidade do território de Santo Inácio de Lajeado, mas a relação dos eleitores do 2º distrito revela a distribuição destes nas diferentes comunidades e dá uma ideia de como a população se dividia. Em Santo Antônio de Estrela estavam registrados 2.608 eleitores, dos quais 558 ou 21% no 1º distrito (Estrela), 1.411 eleitores ou 54% no 2º distrito (Lajeado) e 599 ou 23% no 1º distrito (Teutônia).

A emancipação de Lajeado ocorreu no dia 26 de janeiro de 1891:

O governador do Estado, no uso dos poderes que lhe confere o Decreto nº 7, de 20 de novembro de 1889, resolve criar um município, constituído do território do 2º distrito do termo de Estrela, chamado Lajeado, que fica elevado à categoria de vila com a mesma denominação. Palácio do Governo, em Porto Alegre, 26 de janeiro de 1891. O general de divisão Cândido Costa. (Schierholt, p. 100)

Interessante observar que houve manifestações contrárias à emancipação, uma delas veiculada no jornal O Taquaryense de 8 de fevereiro de 1891:

Conforme era há muito esperado, foi elevado à categoria de vila o lugar denominado Lajeado, segundo distrito de Estrela. Com o desmembramento deste distrito, o município de Estrela sofreu notável prejuízo, pois que era ele o de maior importância de todo o seu território. Não havia necessidade alguma de fazer-se de um grande e próspero município dois municípios insignificantes, mas os lajeadenses quiseram e fez-se-lhes a vontade. Que lhes preste. (Schierholt, p. 100)

O governo estadual nomeou os membros da primeira Junta Municipal, o governo municipal da época, que também ficou encarregado da instalação do município, que ocorreu um mês após a emancipação. Frederico Henrique Jaeger foi nomeado como presidente da Junta Municipal, tornando-se o primeiro administrador de Lajeado. A primeira intendência foi instalada nas mesmas dependências onde já funcionavam a administração distrital, o cartório e o escritório e residência do solicitador, numa casa localizada junto à praça da matriz, mais tarde demolida para dar espaço para a construção do colégio São José (hoje Castelo Branco).

Em 1891 foi promulgada a Constituição Estadual, escrita por Júlio de Castilhos e de forte inspiração positivista. Ela determinava que o poder municipal deveria ser exercido por um intendente e por um conselho municipal, ambos eleitos pelo voto direto para um mandato de quatro anos. As eleições eram “a descoberto”, ou seja, não eram secretas, o que dava margem para intimidação e coação dos eleitores. A reeleição era permitida sempre, desde que o candidato obtivesse $\frac{3}{4}$ dos votos.

O primeiro intendente de Lajeado foi Bento Rodrigues da Rosa, um republicano histórico, natural de Montenegro e cofundador do Clube Republicano local, que exercia advocacia em Taquari quando foi nomeado para intendência em 1892. Esse fato marcou a separação entre os poderes executivo e legislativo municipais. (Schierholt, p. 109)

A emancipação do município de Lajeado atuou como um fator que contribuiu para acelerar a colonização do interior do seu território, uma vez que facilitava a administração e descentralizava as decisões políticas. Ainda assim o município tinha ao redor de 3.500 km² de área, estendendo-se dos atuais municípios de Arvorezinha ao norte até Cruzeiro do Sul ao sul e de Progresso a oeste até Muçum a leste. Eram distâncias consideráveis, e para melhor administrar o território ele foi dividido inicialmente em três distritos: a sede em

Lajeado e os distritos de Encantado e Guaporé. (Ato nº 269 de 11.04.1891, in Schierholt, p. 102)

Sobre a infraestrutura da cidade, nas gestões do intendente Júlio May, entre 1895 e 1902, ocorreram obras de melhorias no abastecimento de água e nas comunicações e nas estradas. No período, o abastecimento de água na área urbana se dava pela coleta nos arroios e no rio, bem como por cisternas nas casas para coletar água da chuva. Outro meio mais raro eram os poços, como o que May mandou perfurar e instalar bombas nos fundos da nova Intendência por ele construída, no local da atual prefeitura. (Schierholt, p. 116)

Júlio May foi o primeiro intendente que chegou ao poder por meio de eleições democráticas, no ano de 1896, e reeleito em 1900, governando até 1902 quando veio a falecer. A Câmara municipal já tinha sido escolhida desta forma nas eleições passadas de 1891. Na sua primeira gestão de apenas um ano, May foi indicado à intendência pelo Partido Republicano de Lajeado, em substituição ao intendente anterior que faleceu, tendo sido aceito e nomeado pelo governador Júlio de Castilhos em 1895.

Na sua gestão também foi comprado o terreno na esquina das ruas Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros, junto à praça Marechal Floriano, para a construção da nova intendência, que seria inaugurada em 1900. Na reunião de 30.10.1895, o Conselho Municipal autorizou o Intendente a comprar a área para a construção de um “*edifício para a Intendência, cadeia, júri e quartel para a Guarda Municipal*” (Schierholt, p. 253). O prédio da Intendência foi erguido rapidamente e as obras duraram menos de um ano, mas foi tomado todo cuidado para que a nova edificação fosse imponente e representativa da sua função. Trata-se de uma edificação de dois pavimentos em estilo neoclássico, numa das esquinas mais importantes da cidade, onde funcionava a Intendência e a cadeia no porão. Na década de 1930, com as mudanças constitucionais, passaria a ser a prefeitura municipal e em 1991 foi transformada em Casa de Cultura do município, com a transferência da administração para o novo prédio no terreno vizinho.

Um fato curioso, mas que diz muito sobre as características da população da época, foi a autorização que o Conselho deu ao intendente para traduzir para a língua alemã todas as leis municipais de Lajeado. Isso mostra o quanto a cultura e a língua dos imigrantes se mantinham vivas e em uso na cidade naquele período.

Outro aspecto importante do ponto de vista das infraestruturas nesta gestão foram as pontes iniciadas em sua gestão: a ponte de ferro sobre o Arroio Moinhos, hoje Saraquá, inaugurada em 1898, além de outras pontes de madeira em diversas localidades do município. Também foram abertas estradas, realizadas obras de melhorias em outras, tendo sido feita inclusive a dragagem do rio Taquari entre Lajeado e Bom Retiro do para melhorar as condições de navegação. (Schierholt, p. 116)

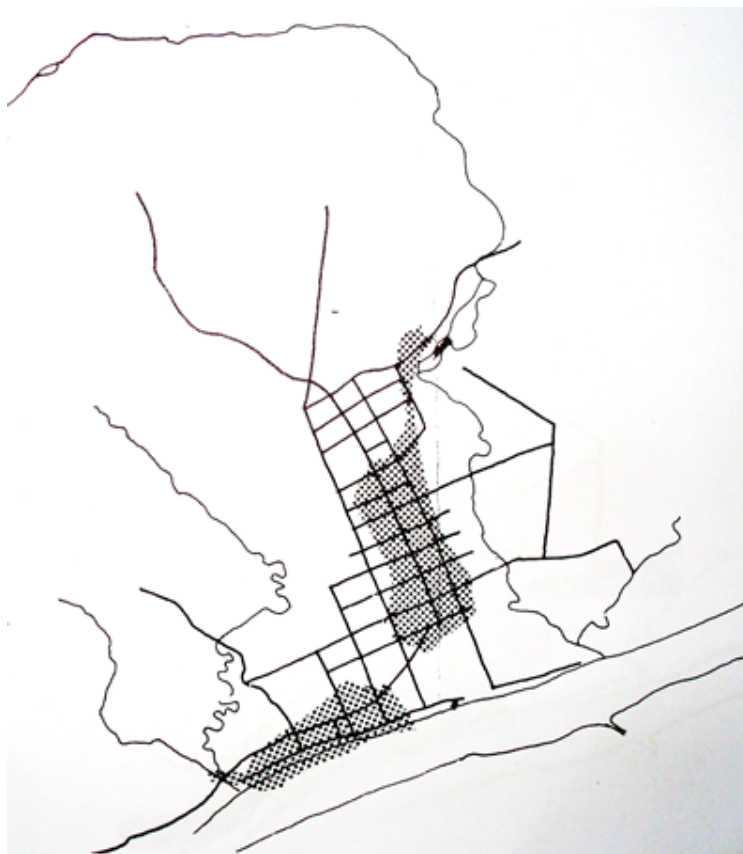
A gestão seguinte foi de Francisco Oscar Karnal, intendente de 1902 a 1904 e reeleito até 1908. Nos primeiros anos de sua gestão ocorreu a definição do perímetro urbano da então Vila de Lajeado, assim estabelecidos: “da foz do Arroio Moinho (hoje conhecido por Saraquá) até seu afluente Arroio Encantado, seguindo este, em linha reta (22° 30-96), até a estrada que da vila segue para Arroio do Meio e dessa encruzilhada desce pelo Arroio do Engenho até sua barra no Rio Taquari.” (Ato nº 10, de 7.4.1902 in Schierholt, p. 123-124)



Mapa do núcleo urbano de Lajeado, em 1898, com destaque para localização do sobrado de Antônio Fialho de Vargas, prédio em diagonal, no entorno da praça.

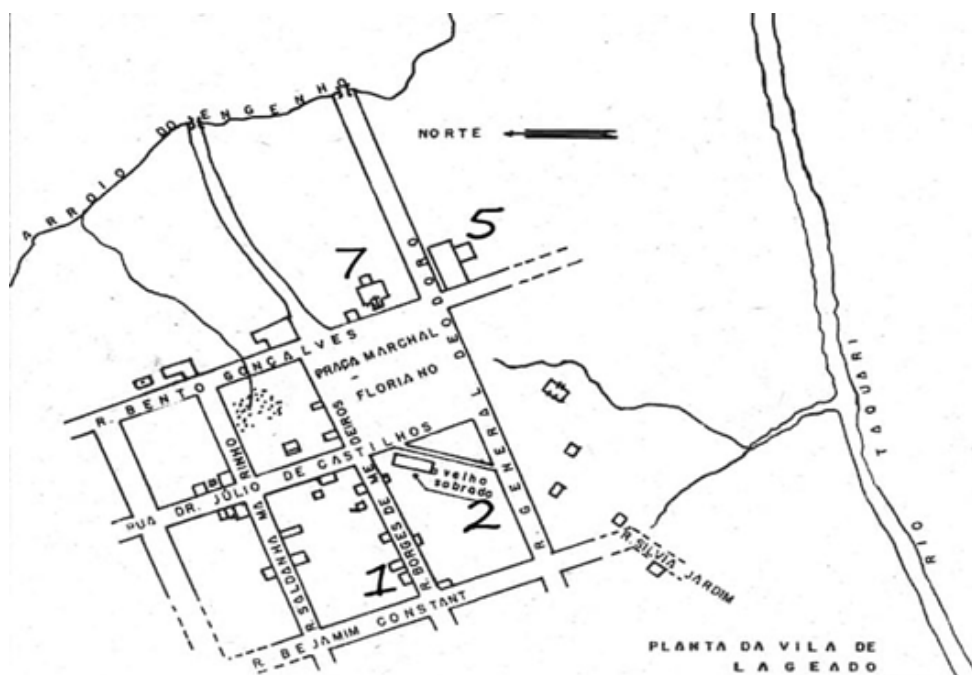
Fonte: Arquivo Histórico Municipal de Lajeado (1898).

Estes limites, no entanto, já aparecem na planta de Lajeado do ano de 1898, portanto quatro anos antes, ainda na gestão de Júlio May, que dera início aos “melhoramentos urbanos”. Com a ampliação do perímetro urbano, um maior número de casas foi incorporado à área urbana, passando de 78 em 1900 para 153 em 1910 e melhorias foram introduzidas no alinhamento das ruas, no calçamento, na limpeza e iluminação. Oscar Karnal também procedeu à mudança de nomenclatura das ruas, substituindo os nomes de santos pelos de figuras ilustres da história e da política, inclusive correligionários seus do Partido Republicano. (Ato nº 10, de 7.4.1902 in Schierholt, p. 123-124)



Planta de 1898

Fonte: Doris Maria Muller, 1976



Planta da Vila de Lajeado

Fonte: Arquivo Histórico Municipal de Lajeado

No relatório anual do intendente apresentado ao Conselho Municipal do ano de 1903, Karnal justifica os melhoramentos feitos no centro urbano. A área ficava sobre um terreno de topografia irregular que exigia aterros, e por esse motivo determinou *“melhorar as condições da rua principal, a de mais movimento comercial e mais importante ipso facto: a Rua Júlio de Castilhos. Como consequência dessa resolução, estendi os melhoramentos à praça da igreja, principalmente o seu desaterro.”* (...) com o *“espantoso concurso da população, disputando-se cada um em auxiliar a intenção intendencial, realizando-se os calçamentos a lajes de passeios, sem o emprego da compulsoriedade do Código de Posturas. Acredito que dentro de mais um ano de trabalho e de capricho, terá mudado o aspecto da vila de Lajeado, que oferecerá aos seus visitantes a melhor das impressões”*.

Karnal também relata a recuperação da rua Osvaldo Aranha, referindo-se ao seu nivelamento, aterro e construção de um muro de arrimo na barranca do rio Taquari: *“Cumprir evitar isso pelo menos no primeiro centenário, até que a existência da populosa vila e excessivo movimento de comércio reclame esse melhoramento (...) por meio de paredões laterais sucessivos, alicerçados no próprio barranco”*. No ano em que o núcleo urbano completou um século, em 1962, o prefeito Bruno Born construiu o belvedere na barranca do rio, cumprindo em parte as recomendações dadas por seu antecessor. (Ato nº 10, de 7.4.1902 in Schierholt, p. 124-125)

Nesse mesmo ano de 1903 Lajeado sofreu a primeira perda territorial, com a emancipação do território do 3º distrito de Varzinha, que se tornou a vila de Guaporé, com

parte das terras de Lajeado e parte de Passo Fundo. Estes limites já vinham sendo objeto de disputas entre os municípios.

Em 1904 a Intendência deu concessão por tempo indeterminado a Praça do Porto (atual praça Moreira César), junto ao porto de Lajeado, para o estabelecimento de um estaleiro, para a “construção e reconstrução de navios”. (Ato nº 311 de 5.1.1908 in Schierholt, p. 129)

Dentre os principais intendentess desse período, podemos destacar Júlio May, que governou Lajeado entre 1895 e 1902, que era chefe republicano local, filiado ao Partido Republicano de Lajeado, alinhado ao PRR. O seu sucessor, Francisco Oscar Karnal (1902-1908) era secretário do mesmo partido. João Batista de Melo, governou a vila de Lajeado por quatro mandatos consecutivos entre os anos de 1908 e 1924.

Na gestão de Melo a vila de Lajeado recebeu diversas melhorias urbanas e viu a construção de diversos casarões urbanos da emergente burguesia local. Algumas instituições religiosas também ergueram prédios no centro, como o Colégio São José, dos Irmãos Maristas, inaugurado em 1908 ao lado da igreja matriz e o prédio das Irmãs do Imaculado Coração de Maria, em 1911. Poucas ruas estavam pavimentadas e da mesma forma, nem todas casas tinham o passeio calçado, de forma que a poeira e a lama eram situações comuns dentro da área urbana. *“As ruas Júlio de Castilhos e Silva Jardim estavam empedradas em grande parte. Os atoladores eram uma calamidade, especialmente nas proximidades do porto. Não existiam escoadouros e drenagem. O intendente Melo pretendia macadamizar as ruas principais, mas faltavam recursos. A iluminação das ruas e praças continuava a ser um problema. (...) Apenas em 1920, na rua Silva Jardim, a empresa local de Spohr e Fröhlich instalou a rede de luz e força da vila. Os 50 lampiões de querosene foram substituídos por 80 lâmpadas elétricas.”* (Schierholt, p. 131-132)

Quanto ao ensino, Lajeado possuía as escolas comunitárias da Comunidade Evangélica (luterano), o Colégio São José e o Colégio Sant’Ana (católicos) e a Escola Pública. A maior parte das sedes dos distritos do município também possuíam suas próprias escolas para atender a comunidade local.

Em seus 16 anos de governo entre 1908 e 1924, João Batista de Melo realizou diversas obras públicas, expandindo a malha viária do município e ligando as localidades com a abertura de estradas, construção de pontes, mas também de sedes para a administração das subintendências nos distritos. Na época não havia um planejamento regional por parte do governo do estado no que diz respeito a obras, infraestruturas e outras questões, que eram resolvidas pelos municípios de forma individual. Dessa forma, para resolver os problemas comuns à região, os intendentess das vilas de Taquari, Estrela, Lajeado, Venâncio Aires e Guaporé se reuniram em 1911 para tratar de diversas questões

que interessavam a todos, renunciando o que seriam as futuras associações de municípios. Fruto dessa articulação foi a inauguração da linha telefônica ligando toda região em 1912.

Em 1906 foi o povoado de Vila Fão é transformado em 3º distrito de Lajeado. Em 1910 é a vez de Anta Gorda tornar-se 4º distrito. Vale lembrar que o 1º distrito era a sede de Lajeado e o 2º distrito era Encantado. No mesmo ano da emancipação de Encantado em 1915, Santa Clara e Marques de Souza foram elevados à categoria de distrito e Cruzeiro do Sul em 1922.

A abertura de estradas na região alta do Vale do Taquari, que vinha sendo ocupada por imigrantes italianos desde a década de 1880, acelerou seu desenvolvimento e essa prosperidade acabou levando à emancipação de Encantado em 1915. A fragmentação do território se fazia necessária para administrar uma área que já era muito grande para os padrões de desenvolvimento e complexidade atingidos na época.

Com a I Guerra na Europa, uma campanha nacionalista se espalhou pelo país, chegando também na cidade, onde, entre outras coisas, o ensino da língua alemã foi proibido nas escolas e os nomes alemães de localidade foram trocados por nomes de figuras políticas e militares do país. (Schierholt, p. 260)

Em 1924, como consequência da Revolução de 1923, o Conselho Municipal aprovou a nova Lei Orgânica que proibia a reeleição para intendente e o vice-intendente deveria ser eleito junto com ele. (Schierholt, p. 262)

De 1924 a 1928 governou o intendente Carlos Fett Filho, do PRR. No tocante às obras públicas na vila, realizou o ajardinamento da praça Marechal Floriano, com canteiros e calçamento, ao passo que a arborização já tinha sido iniciada por seu antecessor. Também calçou ruas, como a Osvaldo Aranha, na área portuária. Quanto à comunicação, o número de telefones em 1926 girava em torno de 200 aparelhos no município, sendo 68 na sede da vila. (Schierholt, p. 140)

Quanto aos veículos, o primeiro foi registrado em 1917. Em 1920 havia 6, em 1923 já eram 34 e em 1928 o número chegou a 243, sendo 109 na sede da vila. Eram 47 caminhões, 17 ônibus, 179 automóveis, dos quais 14 eram táxis. (Schierholt, p. 140)

Durante a gestão de Fett Filho o número de escolas passou de 98 com 3.502 alunos para 117 escolas com 4.777 alunos. Em 1927 conseguiu do governo a criação do Grupo Escolar, atual Escola Estadual Fernandes Vieira.

O ano de 1928 ficou marcado por uma dissidência política dentro do PRR de Lajeado, com uma contestada eleição de Felipe Leopoldo Heineck para intendente em 1928, o qual sofreu forte oposição até sua renúncia dois anos mais tarde, também motivada

pela Revolução de 1930, que determinou a cassação de todos mandatos. (Schierholt, p. 143)

Quando chegaram a Lajeado as primeiras notícias sobre o processo revolucionário de 1930, os conselheiros prestaram solidariedade aos seus líderes, Osvaldo Aranha e Getúlio Vargas e quando a notícia da vitória chegou em 24 de outubro o Conselho festejou e se congratulou de forma unânime com o acontecimento. Não sabiam que poucos dias depois seus mandatos seriam cassados. A última reunião do Conselho Municipal aconteceu em 31.10.1930, finalizando assim um ciclo democrático também em Lajeado com o início da ditadura Vargas. (Schierholt, p. 264)

Com isso, o empresário Frederico Leopoldo Dexheimer foi indicado à Interventoria Federal para assumir como o primeiro prefeito de Lajeado. Dentre seus atos, destacam-se a substituição da Polícia Administrativa de Lajeado pela Brigada Militar, a substituição de funcionários públicos e a substituição do nome da Rua da Praia pelo de Av. Osvaldo Aranha, em homenagem ao líder da Revolução de 1930. (Ato nº 22 de 14.02.1931, in Schierholt, p. 148)

Em vários aspectos a Revolução de 1930 marcou uma nova era na vida política do país, inclusive sob o aspecto jurídico-administrativo. Praticamente toda organização governamental mudou, incluindo a redefinição da nomenclatura dos cargos públicos. O quadro abaixo ilustra estas mudanças:

Antes de 1930	Depois de 1930
Intendência	Prefeitura
Subintendência	Subprefeitura
Intendente	Prefeito
Vice-intendente	Vice-prefeito
Subintendente	Subprefeito
Conselho Municipal	Câmara de Vereadores
Conselheiro	Vereador

Quadro de equivalência de funções político-administrativas antes e depois da revolução de 1930.

Fonte: adaptado de Schierholt, p. 265

Na gestão de Oscar da Costa Karnal, 1932-34, foram pavimentadas algumas das principais vias do centro de Lajeado, como a rua Pinheiro Machado (atual Francisco Oscar Karnal), Prudente de Moraes, Borges de Medeiros, Benjamin Constant, Marechal Deodoro e Júlio de Castilhos, incluindo o sistema de drenagem pluvial com a construção de “*dezenas de bueiros nas ruas da vila*” (Schierholt, p. 152) Estas obras incluem cinco quilômetros de

pavimentação da estrada de Lajeado a Cruzeiro e reforma de diversas outras, uma vez que o tráfego rodoviário se intensificava cada vez mais na vila.

O principal espaço público também recebeu cuidados, como podemos ver neste relato sobre as reformas feitas na Praça Marechal Floriano, onde os canteiros foram reformados e substituídos *“grande parte do antiquado plátano por árvores modernas de ornamentação, como jacarandás, ligustro e cinamomo japonês. Adquirimos 18 bancos de cimento que foram colocados imediatamente. Mandamos proceder a pintura no monumento inaugurado no centro desse logradouro, reforçando com mais 4.000 velas sua iluminação.”* (O Imparcial, 14.12.1933, in Schierholt, p.152) Além da “Praça da Matriz”, a praça Moreira César junto ao porto também foi remodelada, recebendo ajardinamento, cercamento e o plantio destas mesmas espécies de árvores.

O governador Flores da Cunha autorizou a emancipação do distrito de Arroio do Meio pelo decreto nº 5759 de 28.11.1934, mesma data em que o prefeito de Lajeado Ramiro Barcelos Feito autoriza a separação do 4º distrito e de partes do 5º e 7º distritos para a criação do novo município, instalado no ano seguinte.

Na gestão de Ramiro Barcelos foi comemorado o Centenário da Revolução Farroupilha em Lajeado, com a construção de um monumento na praça Gaspar Silveira Martins, mais tarde demolido e parcialmente reerguido na praça Mal. Floriano. Para tanto, rescindiu a concessão de uso deste local para o Clube Esportivo Lajeadense, que o utilizava para suas atividades. *“A Praça Gaspar Silveira Martins foi totalmente remodelada, num trabalho iniciado por Ramiro Barcelos Feito e completado por João Weiler Klein: canteiros, ajardinamento, arborização, bancos alinhados e o obelisco comemorativo no seu centro. A única falha foi a iluminação elétrica. O prefeito Klein concedeu dez dias de férias escolares, de 20 a 30 de setembro. A comunidade fez uma subscrição de doações para angariar fundos para a iluminação da praça, sendo arrecadado um conto e 19 mil-réis.”* (Schierholt, p. 158)

Visando incentivar a construção de novos “palacetes” na cidade, em 1937 o governo do prefeito João Frederico Schaan dispensou do imposto predial por cinco anos quem construísse casa de alvenaria de mais de dez contos de réis. (Schierholt, p.161) Melhorias foram feitas pela administração municipal, como a macadamização de ruas e a instituição da obrigatoriedade do calçamento dos passeios. Em pouco tempo a Câmara de Vereadores discutiu e aprovou a Lei Orgânica do Município e o Código de Posturas, aprovados em 1936 e 1937, respectivamente.

A gestão de Schaan deu grande apoio aos três colégios comunitários da cidade, o Colégio Lajeadense, o Sant’Ana e o São José, além de ajudar os Irmãos Maristas para a compra do edifício onde funcionou a primeira intendência de 1891 a 1900 e por meio da doação de uma área de terras que ficavam na parte inicial da rua Marechal Deodoro, do

Arroio do Engenho até a rua Bento Gonçalves, estendendo-se até o rio Taquari, propriedade esta que pertence à congregação marista até hoje. Mais tarde o velho prédio da antiga intendência foi demolido para dar lugar à construção do prédio do Ginásio Municipal São José, que posteriormente se tornou o Colégio Estadual Presidente Castelo Branco, em atividade até os dias de hoje.

Nesse período também foi criada a Escola Complementar Madre Bárbara e o Grupo Escolar Fernandes Vieira, este pelo estado. Até hoje estes colégios funcionam nos mesmos prédios no centro da cidade. Em 1941, para marcar os 50 anos de emancipação de Lajeado, criou a Biblioteca Pública Municipal. Para além dos investimentos na sede do município, a gestão de Schaan criou diversos “grupos escolares” nos distritos.

No Brasil até a década de 1930 as sedes de municípios eram denominadas vilas, sendo que sua elevação à categoria de cidade dependia da importância do núcleo urbano e de critérios políticos. Mas em 1938 o governo Vargas determinou que todas as sedes de município do país fossem elevadas à categoria de cidade, ficando a denominação de vila para as sedes dos distritos e povoado para os demais núcleos de porte menor. Cada município deveria organizar a instalação da cidade, por meio de ato público com a presença de juiz, prefeito, demais autoridades e a população.

A solenidade de instalação da cidade de Lajeado ocorreu num domingo, dia 1º de janeiro de 1939, data que foi incluída no brasão e bandeira do município. Mas a população demorou a se habituar com o termo cidade, sobretudo os mais velhos, e continuavam chamando de Vila de Lajeado. (Schierholt, p. 164)

As administrações de João Frederico Schaan, eleito para 1936-40 e nomeado para 1940-43, foram as primeiras que imprimiram um caráter mais empresarial à gestão pública, pelo fato do prefeito ser um industrial. Além de diversas obras públicas de melhorias viárias e ligações com os municípios vizinhos, como as pontes sobre o Forqueta e Sampaio, Schaan atuou para o estabelecimento de uma representação em Lajeado. Como industrial sabia da importância da energia elétrica, elaborando um projeto de fornecimento de energia que chegou a ser aprovado pelo governo Vargas, porém o governo estadual já planejava a criação da CEEE para encampar as usinas menores. Da mesma forma projetou melhorias nas linhas telefônicas para a comunicação regional.

Dentre as obras públicas deste período, vale destacar a ponte metálica sobre o rio Forqueta, inaugurada após longo período de projetos e tratativas frustradas com diferentes governos estaduais. Essa ligação fora idealizada ainda na gestão do intendente Júlio May, quarenta anos antes. Getúlio Vargas em campanha prometeu a ponte, mas por motivos políticos a obra parou no governo de Flores da Cunha, sendo retomada pelo interventor Daltro Filho em 1937, já sob a direção do DAER (Departamento Autônomo de Estradas de

Rodagem), criado no mesmo ano, e concluída na gestão de Cordeiro de Farias, dois anos depois, com uma grande festa de inauguração que reuniu 10 mil pessoas.

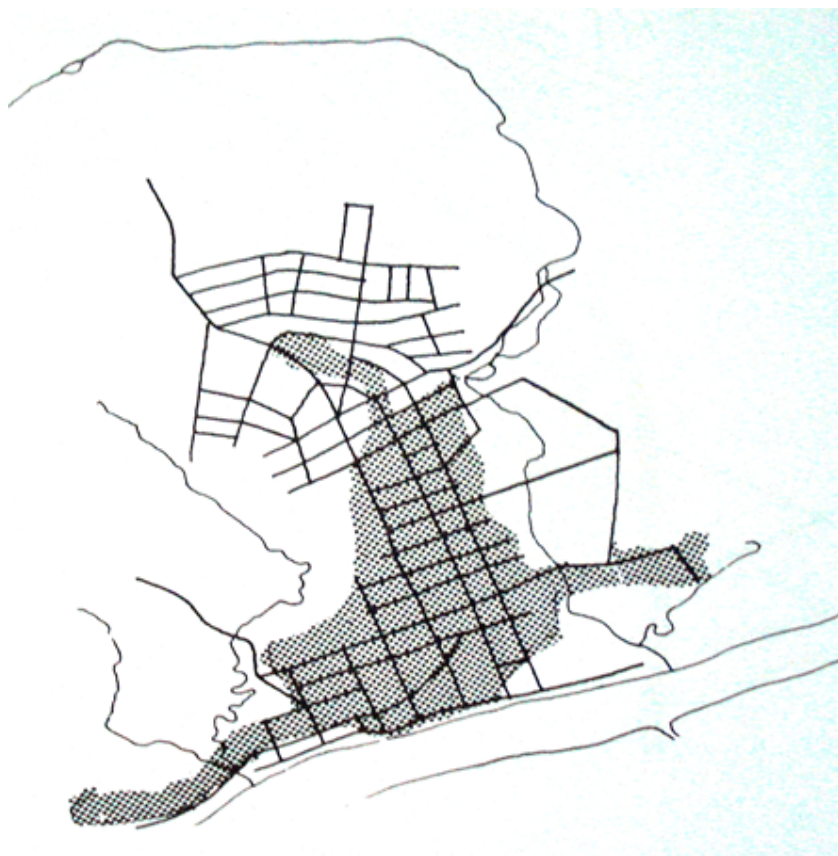
A navegação perdia cada vez mais espaço para o transporte rodoviário com o aprimoramento dos caminhões e veículos de passageiros, o que levou os governos municipais a investir cada vez mais nas estradas e obras de infraestrutura a elas relacionadas. Mas em 1944 a região investiu em uma nova modalidade com a criação do Aeroclube Alto Taquari em Estrela, destinado a receber pequenas aeronaves para a visita de autoridades. (Schierholt, p. 170)

A história do fornecimento de energia elétrica em Lajeado inicia em 1916, quando Carlos Spohr Filho instalou uma usina com máquina a vapor de 18 HP, localizada na Rua Silva Jardim, 135. A potência foi aumentada em 1919 para 100 HP, fornecendo energia para luz das 18h às 24h. Porém as indústrias tinham dificuldade de se instalar na cidade que crescia sem que o provimento de energia acompanhasse esse ritmo e da mesma forma, a iluminação pública era sempre precária. Uma solução veio no ano de 1946, quando a prefeitura e a Associação Comercial de Lajeado se uniram para a criação da empresa Força e Luz Lajeadense Ltda., estabelecida no centro da cidade, onde hoje se encontra a Brigada Militar. No entanto, a solução definitiva só chegou com a encampação do serviço de geração e distribuição de energia elétrica pela CEEE em 1956. (Schierholt, p. 175)

Em 1946 o Brasil se redemocratizava, recebendo uma nova Constituição, sob o governo de Gaspar Dutra e em 1947 no governo estadual Walter Jobim, no período que ficou conhecido como democracia populista (Pesavento, 1997, p. 129)

Na prefeitura assumia Pedro Albino Muller, que comprou os terrenos na Praça Mal. Floriano para o governo do estado construir o Fórum e para a União instalar os Correios e Telégrafos. Auxiliou na construção do prédio da sede social da ACVAT e no campo do Clube Esportivo Lajeadense.

A lei do primeiro Plano Diretor de Lajeado foi aprovada na gestão do vice-prefeito em exercício Emílio Treter Sobrinho (6.12.1947 e 6.1.1948). Ele também autorizou o fechamento da extremidade da rua Mal. Deodoro do Arroio do Engenho até a rua Bento Gonçalves, para incorporar esta área ao terreno dos Maristas e ali construir o Colégio São José. Outro trecho de rua fechado foi o final da Osvaldo Aranha, da rua Rio Branco ao arroio Moinhos (Saraquá), para entrega da área ao Frigorífico Lajeado Ltda. Mesmo sendo vias públicas, estas áreas foram fechadas e vendidas a preços simbólicos para entidades privadas.



Planta de 1945/52

Fonte: Doris Maria Muller, 1976.

Na gestão do prefeito Hugo Oscar Spohr (1948-1951) a prefeitura comprou mais terras para o Posto Agropecuário em Carneiros, doando mais de 50 hectares para a União. Na cidade também criou a praça Rui Barbosa, atual João Zart Sobrinho, no bairro Americano, elevou à povoado a localidade de Conventos e criou o Cemitério Municipal, no bairro Florestal.

O prefeito Bruno Born (1951-55) criou uma regulamentação municipal sobre os loteamentos, que estabelecia a largura mínima de nove metros para as ruas, sendo seis para a via carroçável e 1,5 metros para o passeio de cada lado, o que explica as ruas estreitas que a cidade apresenta em alguns bairros. Calçou diversas ruas e reformulou a Praça Silveira Martins, transferindo o monumento do Centenário Farroupilha para a Praça Mal. Deodoro, construindo no seu lugar o chafariz que lá está até hoje.

A gestão de Bruno Born também criou o Conselho Municipal dos Contribuintes, para julgar questões entre a Fazenda e os contribuintes, fazer a revisão de dívidas e atualizar o valor dos imóveis.

Na condição de deputado estadual pela UDN e depois como prefeito de Lajeado, Bruno Born reivindicou investimentos em obras e melhorias para a região, como a construção da ponte sobre o rio Taquari entre Lajeado e Estrela, a instalação de uma

hidráulica e de um quartel do Exército, que nunca saiu, mas as demais obras foram implantadas poucos anos depois. (Schierholt, p. 181)

Durante a gestão do prefeito Mário Lampert (1955-59) Lajeado viveu um período de grande desenvolvimento. Lampert também havia sido vereador, secretário municipal e deputado estadual e tinha boas relações com o governo de Ildo Meneghetti, além da maioria na câmara de vereadores. Essa condição favorável permitiu que conseguisse investimentos do estado para a cidade, como o Posto de Higiene, hoje Posto de Saúde do Centro e o escritório da 7ª Região Agrícola da Secretaria da Agricultura, instalado no mesmo prédio da nova sede da Associação Rural. (Schierholt, p. 183). Outra obra do estado que trouxe grande benefício foi a Hidráulica, inaugurada em 5.5.1958, dando solução ao crônico problema de abastecimento da cidade.

Em 1959 foi construído o Edifício Lincoln, o primeiro edifício da cidade e também o primeiro condomínio de apartamentos, inaugurando uma nova forma de moradia que se tornaria comum nos nas décadas seguintes.

Nessa época começaram os primeiros movimentos para a implantação do ensino superior em Lajeado, sob a liderança de Pedro Albino Müller, Ney Santos Arruda e membros dos Ex-Alunos dos Maristas. (Schierholt, p. 184).

A segunda gestão de Bruno Born se deu no período de 1959 a 1963, quando Leonel Brizola era governador do estado. Havia sido militante da UDN, mas depois se filiou ao PTB para conseguir mais benefícios do governo estadual para Lajeado. Demonstrou ser um político muito articulador também em nível local e assim conseguiu fazer obras importantes, como a reformulação da rua Osvaldo Aranha, com a construção do muro de arrimo para fixar o barranco do rio e a construção do belvedere, que se tornou uma referência na cidade pela bela vista que tinha para o rio. Esta obra foi feita em convênio com o DPRC (Departamento de Portos, Rios e Canais, ligado à Secretaria de Obras do Estado). Também construiu diversas pontes e pinguelas sobre os arroios no interior do município.

Outra grande obra que conseguiu realizar, com verba do DNOS (Departamento Nacional de Obras e Saneamento), foi a canalização do Arroio do Engenho, para a qual viajou à recém-inaugurada Brasília em julho de 1960. As obras foram realizadas pela empresa Toniollo & Cia, tendo iniciado em 1961.

Na gestão de Dalton de Bem Stumpf (1963-68) podemos destacar a criação do Aeroclube de Lajeado, em Cruzeiro do Sul, pouco antes da emancipação deste distrito. Na área da gestão municipal, foi responsável pela criação dos conselhos municipais: Conselho de Desenvolvimento Econômico do Município, o Conselho de Desenvolvimento Comunitário e o Conselho Municipal de Educação, todos com ampla representação de entidades da comunidade.

A boa relação que tinha com o governo estadual de Ildo Meneghetti rendeu importantes investimentos em obras e infraestruturas para o município, como na eletrificação rural, em pontes e estradas e na construção de escolas, ampliando em mais de 100 o número de salas de aula.

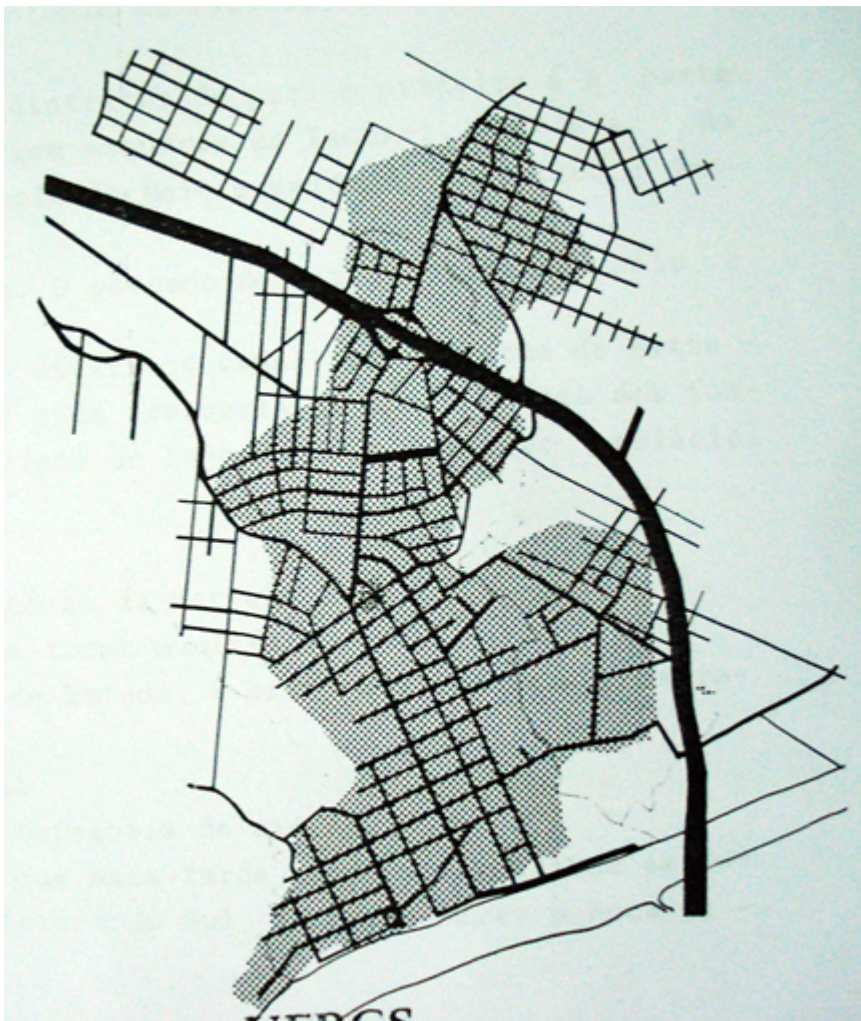
Dentre tais investimentos, vale destacar a criação e instalação do atual Colégio Estadual Castelo Branco, a construção da Escola Integrada no bairro São Cristóvão, além dos recursos destinados à FENAL.

A primeira Feira Nacional de Laticínios e Exposição Agro-Industrial do Alto Taquari (FENAL) aconteceu 1966 por ocasião dos festejos dos 75 anos de emancipação de Lajeado. Uma área de 9,5 hectares foi desapropriada pela prefeitura para sediar o local do parque e os pavilhões da FENAL, hoje conhecido como Parque do Imigrante, que ainda sedia as principais feiras e eventos do município, como a Expovale e a Construmóbil.

Na gestão de Stumpf a largura mínima das ruas para novos loteamentos foi ampliada de 9 para 14 metros. Fez o projeto de alargamento da avenida Alberto Pasqualini em 8 metros de cada lado, projeto este que foi executado na gestão seguinte de Darci Corbellini. Stumpf ainda fez outras obras: *“Colocou aterros nas avenidas Carlos Spohr Filho, Alberto Pasqualini e, especialmente na Benjamin Constant. Calçou várias ruas da cidade, estendeu vários quilômetros de redes de luz, água e esgoto.”* (Schierholt, p. 191)

O prefeito entre o final de 1968 e início de 1969 foi Ney Santos Arruda, que instituiu o novo Código de Posturas. Em 1968 foi contratado o serviço de levantamento aerofotogramétrico do município, realizado pelo Serviço Geográfico do Exército. Comprou um terreno de dois mil m² da Sociedade de Beneficência e Caridade de Lajeado, mantenedora do Hospital, para a implantação da agência do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS) e instalou a primeira CIRETRAN no Vale do Taquari. (Schierholt, p. 193)

Durante a gestão do prefeito Darci Corbellini (1969-73) foram inaugurados os trevos de acesso à Lajeado pelas novas rodovias que cruzavam a região, a BR 386 e a RS 130. Foram construídos os prédios do IPE e do INPS e criada a Secretaria Municipal da Agricultura. (Schierholt, p. 194)



Planta de 1976

Fonte: Doris Maria Muller, 1976

Em 1972 o prefeito Darci Corbellini e o presidente da Câmara de Vereadores Ney Arruda, procederam à transformação da APEUAT em Fundação Alto Taquari de Ensino Superior (FATES), autorizando também que o município se comprometesse por lei com a manutenção da nova instituição. O primeiro prédio no novo campus foi inaugurado no dia do aniversário do município do ano de 1973. (Schierholt, p. 199)

Quanto às obras de infraestruturas, a gestão de Alípio Hüffner (1973-77) investiu na construção de pontes e melhorias de estradas no interior, uma vez que, além de garantir a circulação dos moradores destas localidades, permitia um melhor escoamento da produção, sobretudo para os gêneros perecíveis como o leite, que dependiam ainda mais das boas condições das vias para chegar até a indústria na cidade.

Como obras da sua gestão também podem ser destacados a remodelação do Parque da FENAL, com a promoção de diversas festas e feiras, como a homenagem aos

150 anos da imigração alemã e 100 anos da imigração italiana, o que motivou a mudança de nome do espaço para Parque do Imigrante, como ainda é conhecido hoje.

Na segunda gestão de Darci Corbellini (1977-1983), em 1979 foi criado o Conselho de Desenvolvimento Urbano do Município de Lajeado (CODULA), que, no entanto, não funcionou até 1987. Iniciou a construção do novo prédio da prefeitura municipal, trocou a iluminação pública nas principais vias da cidade e reformou as instalações de luz nos bairros e distritos, pavimentou ruas e instalou redes de drenagem, como o trecho da Av. Benjamin Constant até a RS 130. (Schierholt, p. 207)

Na gestão de Erni Ilmo Petry (1983-89) as enchentes causaram prejuízos consideráveis ao município, sobretudo no interior, além de transtornos causados nas áreas urbanas em que famílias tinham de ser removidas de suas casas para abrigos improvisados nos pavilhões do Parque do Imigrante, fazendo com que o prefeito decretasse “estado de emergência” em 1983 e “estado de calamidade pública” em 1987, quando as águas derrubaram quatro pontes, 15 pinguelas, vários pontilhões e bueiros, aterros, causaram desbarrancamentos e destruição de estradas. (Schierholt, p. 215)

No centro, Petry reformou a Praça Mal. Floriano, ampliou o novo prédio da prefeitura municipal, transferindo as repartições públicas para ele e inaugurou a nova sede da Câmara de Vereadores. O velho prédio da prefeitura, antiga intendência, foi tombado pelo patrimônio histórico do Estado e transformado em Casa de Cultura, recebendo obras de reforma na gestão seguinte.

Dentro dessa política de descentralização dos investimentos, também foram construídas 54 pontes e pontilhões para melhorar as condições de infraestrutura do interior, abertura de poços artesianos e investimentos em iluminação pública, eletrificação e telefonia. Na cidade, foi feita a canalização de parte do arroio Encantado, que cruzava o bairro Moinhos, com recursos do DNOS.

De 1989 a 1992 foi prefeito Cláudio Pedro Schumacher, que realizou importantes investimentos em obras de infraestrutura e saneamento básico na cidade e interior. Vale destacar que na sua gestão foi realizada a revisão do Plano Diretor. O processo iniciou pelo levantamento aerofotogramétrico da cidade e dos bairros Conventos, São Bento e Santa Clara, seguindo pelos trabalhos de revisão e atualização do Plano, que estabeleceu diretrizes para o sistema viário principal que estrutura a área urbana. (Schierholt, p.226)

Com o prefeito Pedro Albino Müller foi elaborado o primeiro Plano Diretor de Lajeado, pelos urbanistas Edvaldo Pereira Paiva e Francisco Riopardense de Macedo, em 1946 e revisado pelo engenheiro Mário José Corrêa em 1951, durante a gestão do prefeito Hugo Oscar Spohr. Uma das diretrizes deste plano foi “impedir as construções nas áreas inundáveis, reservando-as para serem divididas em chácaras e para implantação de parques.” Além de proibir as construções nas baixadas alagáveis que envolvem a área

central, outro resultado concreto deste plano foi a abertura da avenida Alberto Pasqualini, originalmente denominada Franklin Delano Roosevelt.

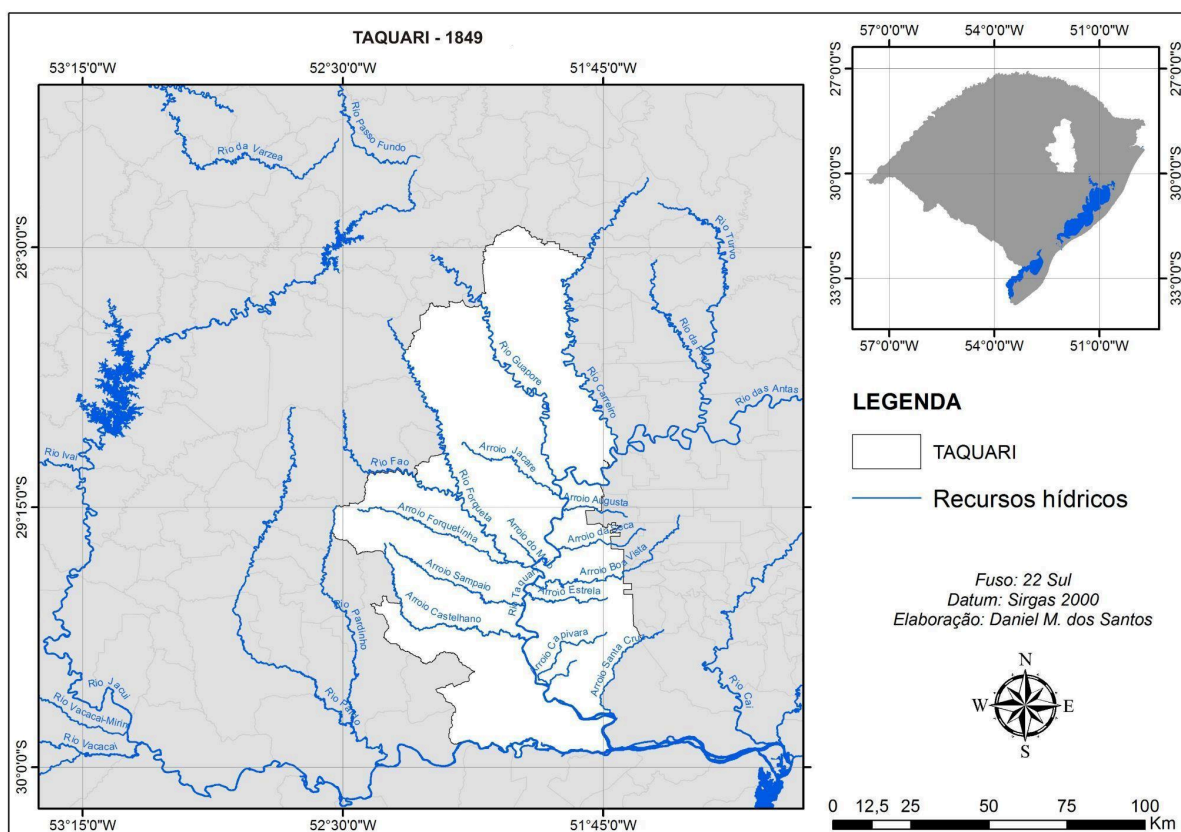
O segundo Plano Diretor de Lajeado foi elaborado entre julho e outubro de 1973, pela equipe técnica do SERFHAU (Serviço Federal de Habitação e Urbanismo), com direção técnica dos arquitetos José Albano Volkmer e Itamar Moraes Amador. A revisão deste plano ocorreu em 1990, por uma equipe de arquitetos locais, coordenada novamente pelo arquiteto José Albano Volkmer, com a participação de entidades locais como a Sociedade dos Engenheiros e Arquitetos do Vale do Taquari (SEAVAT), Conselho de Desenvolvimento Urbano de Lajeado (CODULA) e da União das Associações de Moradores dos Bairros de Lajeado (UAMBLA), sendo a sua implantação realizada pela Secretaria do Planejamento do município. (Schierholt, p. 227)

Na gestão de Schumacher foi realizado pela primeira vez obras de asfaltamento das ruas da cidade, iniciando pelas de maior movimento e utilizadas pelo transporte coletivo, como as avenidas Benjamin Constant, Alberto Pasqualini e as ruas Bento Gonçalves e João Abott, Carlos Spohr Filho, Bento Rosa, entre outras. Ao todo foram asfaltadas 260.000 m² de vias urbanas. Lajeado também ganhava ares de cidade grande com a instalação de nove semáforos e da iluminação da BR 386 entre o trevo de acesso à cidade e o trevo com a RS 130.

5.2 A formação política de Lajeado

No decorrer da segunda metade do século 19, com a criação dos novos municípios, o território de Lajeado, fazia parte inicialmente de Taquari, e a partir de 1881, Estrela. Nesse ano foi criado o 2º distrito da Vila de Estrela, com a invocação de Freguesia de Santo Inácio dos Conventos, o futuro município de Lajeado¹⁹.

¹⁹ Apers (2024).



Mapa da Vila de Taquari em 1849.
Fonte: Pires (2015).

A então Freguesia de Santo Inácio começou a desenvolver. Cada vez mais moradores precisavam ter acesso a serviços administrativos dependentes da sede municipal, fazer seus registros ou pagar impostos. Para tanto tinham que se deslocar até Estrela e antes da criação desse município, até Taquari²⁰.

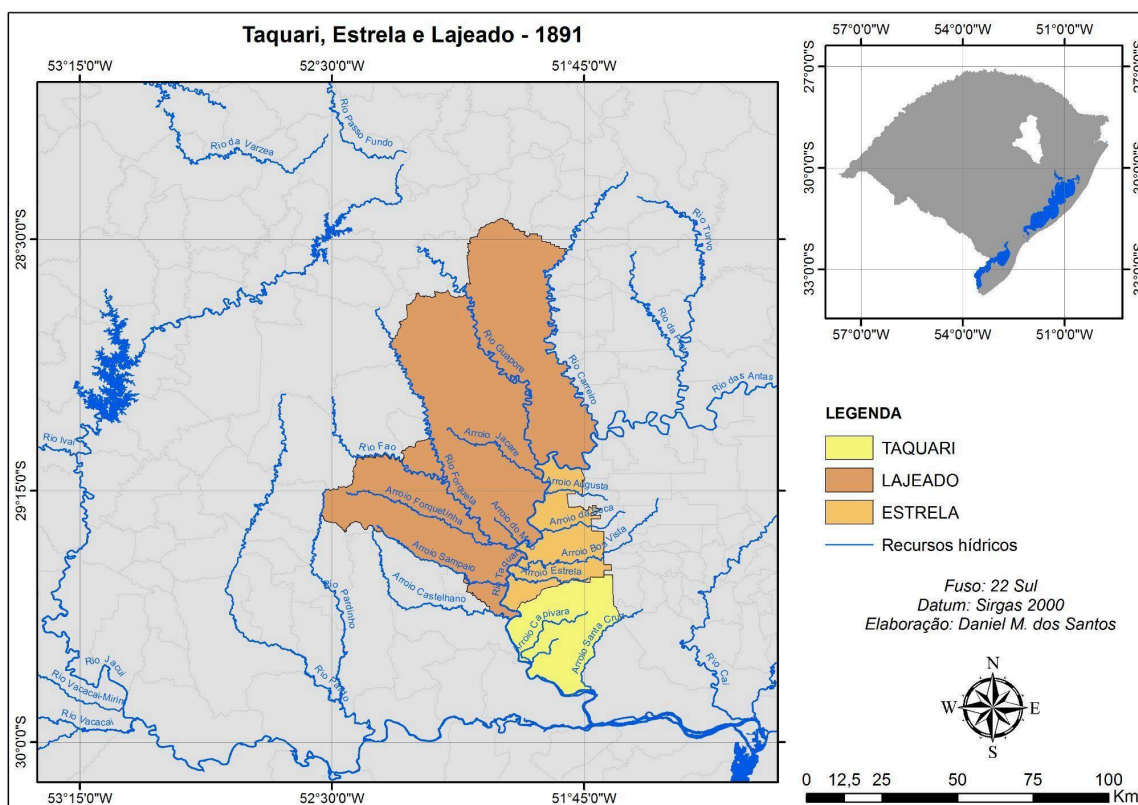
Para resolver essa situação, seria necessária a criação de uma vila. A partir disso, poderia ser criado todo aparato administrativo, com o Conselho Municipal, Intendência e demais instituições. Dessa maneira foi criada uma comissão para pleitear a emancipação de Lajeado.

A independência político-administrativa aconteceu na década seguinte, em 26 de janeiro de 1891, se originou o município de Lajeado, a partir do desmembramento de território do município de Estrela. O ato foi assinado pelo então governador do estado, General Cândido José da Costa.

A instalação do município ocorreu em 25 de fevereiro de 1891²¹. Lajeado, na época, tinha considerável extensão territorial, pois todo o espaço localizado na margem direita do Rio Taquari, passou a compor o município. Assim, o território estendia-se do Rio Taquari até o atual município de Guaporé.

²⁰ Schierholt (1990).

²¹ Câmara de Vereadores (1891).



Todos os municípios inseridos no Vale do Taquari da margem direita do Rio Taquari formam, em 1891, Lajeado. Fonte: Pires (2015).

No decorrer do século 20, o município de Lajeado teve, paulatinamente, seu território reduzido a partir das emancipações de várias localidades. O primeiro distrito a se emancipar foi Guaporé, em 1903, seguido por Encantado, em 1915, e Arroio do Meio, em 1934. Em 1950, Lajeado contava com uma área de 1.215 quilômetros quadrados, formado pelos distritos de Lajeado (sede), Boqueirão do Leão, Canudos, Cruzeiro do Sul, Fão, Marques de Souza, Progresso, Santa Clara e Sério.

No início da década de 2000, o Vale do Taquari tinha uma população de 319.808 habitantes, representando 3,13% da população total do Rio Grande do Sul. Em 2010, subiu para 327.789 habitantes, um acréscimo populacional de 2,4%. De acordo com último censo realizado, a população aumentou para 361.272 habitantes. Entre os municípios do Vale do Taquari, Lajeado é o que concentra a maior parte de população, em 2022 foram contabilizados 93.646 habitantes²².

²² Bergamaschi (2014), Rádio Independente (2023).



Vale do Taquari e as emancipações municipais.
Fonte: Adaptado a partir de Eckhardt (2005).

5.3 Evolução Urbana de Lajeado

Em 2000, a Prefeitura de Lajeado firmou convênio com a Universidade Federal de Santa Maria para fazer um estudo da realidade da Cidade de Lajeado, englobando o uso e ocupação do solo, infraestrutura urbana, serviços públicos, aspectos administrativos e a legislação municipal²³.

²³ Alves (2010).

No estudo, “Perfil físico-urbanístico da Cidade de Lajeado”²⁴, foram apontados seis períodos históricos, buscando resgatar a trajetória e formação de Lajeado.

Período Histórico	Organização - entre 1800 e 2000
Primeiro - 1800/1891	A morfologia do tecido urbano apresenta um traçado ortogonal definido a partir de dois eixos, um paralelo ao Rio Taquari, abrigando as funções portuárias e outro, perpendicular a este, onde se desenvolvem as atividades de prestação de serviços voltados ao abastecimento da população rural.
Segundo - 1892/1953	A ocupação urbana toma corpo. O crescimento é periférico e contínuo, em direção norte.
Terceiro - 1954/1969	A urbanização de Lajeado neste período sofreu influência da Rodovia Governador Leonel de Moura Brizola, a BR-386, construída na década de 1960. O crescimento urbano tem sua direção para Leste-Oeste, paralelo à rodovia BR-386, proporcionando uma nova configuração à malha urbana.
Quarto - 1970/1979	O quarto período, bem como os dois posteriores, é organizado a partir dos dados de aprovação dos projetos de loteamentos constantes do Cadastro Imobiliário Urbano do Município de Lajeado, criado em 1974. A ocupação ocorre predominantemente contínua à mancha urbana consolidada.
Quinto 1980/1989	A ocupação ocorre cada vez mais distante do centro urbano, principalmente para o oeste.
Sexto 1990/2000	A expansão da cidade ocorre para sudoeste. A área do perímetro urbano em 1992 era de aproximadamente 41,45 Km ² , enquanto que em 2000 passou para 78,22 Km ² .

Fonte: Alves (2010).

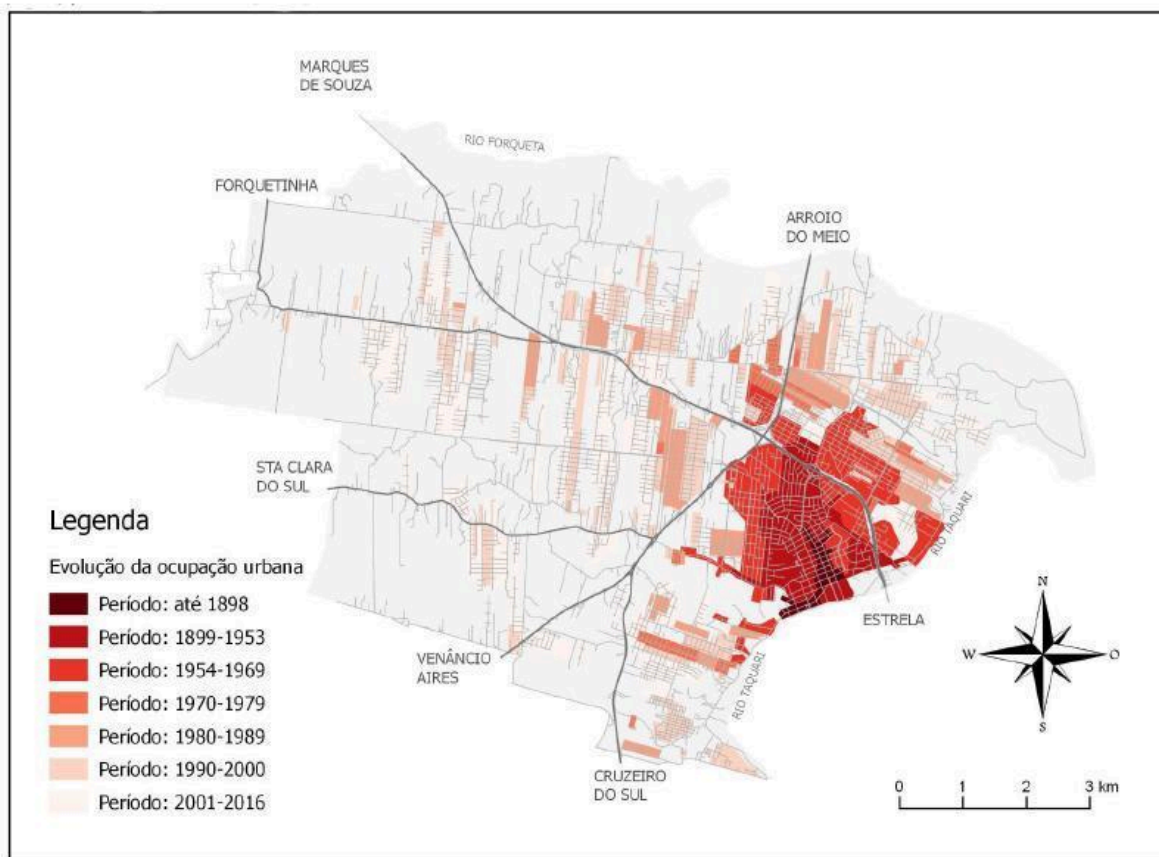
A partir do estudo proposto por um grupo de técnicos especializados, pode-se compreender o desenvolvimento e a organização de Lajeado, ao longo dos anos, especialmente após 1891, ano da independência político-administrativa.

Após sua emancipação, o município tinha como base econômica o setor primário. Até a década de 1950, o crescimento populacional foi de 5% ao ano, o que permitiu o aumento de outras atividades, entre elas, a indústria. Assim, a agricultura começou aos poucos a dar lugar às indústrias e fábricas que foram implantadas em um sentido leste-oeste da cidade de Lajeado. Fenômeno que se deu principalmente devido a construção da Rodovia Governador Leonel de Moura Brizola, a BR 386, que corta a cidade nessa direção. Com isso, no eixo norte-sul, o comércio teve espaço para o crescimento²⁵.

²⁴ O estudo foi realizado pelo economista e professor Silvestre Selhorst, juntamente com a equipe técnica formada pelos arquitetos Edson Luiz Bortoluzzi da Silva, Decio Bevilacqua e Edilaine Gomes Monteggia; e pelos engenheiros civis, Carlos Kümmel Félix e Sérgio Renato de Medeiros (Alves, 2010).

²⁵ Alves (2010), Krein (2017).

Mais recentemente, a partir dos anos 2000, o crescimento se registrou em maior proporção nos eixos do lado oeste, em direção às cidades de Santa Clara do Sul e Forquethina²⁶.



Evolução urbana de Lajeado.
Fonte: Krein (2017).

Ao longo de sua história, Lajeado apresentou ampliações significativas do perímetro urbano. Em 1974, de acordo com a Lei Municipal nº 2732/74, o perímetro urbano compreendia a área de origem do núcleo urbano, junto à margem do Rio Taquari, os bairros adjacentes, além de uma faixa próxima à rodovia BR-386. O perímetro estabelecido possuía uma área de abrangência de 28 quilômetros quadrados²⁷.

Em 1992, o perímetro urbano incluiu bairros localizados ao norte da cidade, Universitário, Campeste, Olarias e Centenário, prolongando-se linearmente pelo bairro Conventos. A ampliação do perímetro urbano resultou na eliminação de considerável parcela da Zona Rural do município. Com a mudança, a Zona Urbana passou dos 28 quilômetros quadrados para 41 km²²⁸.

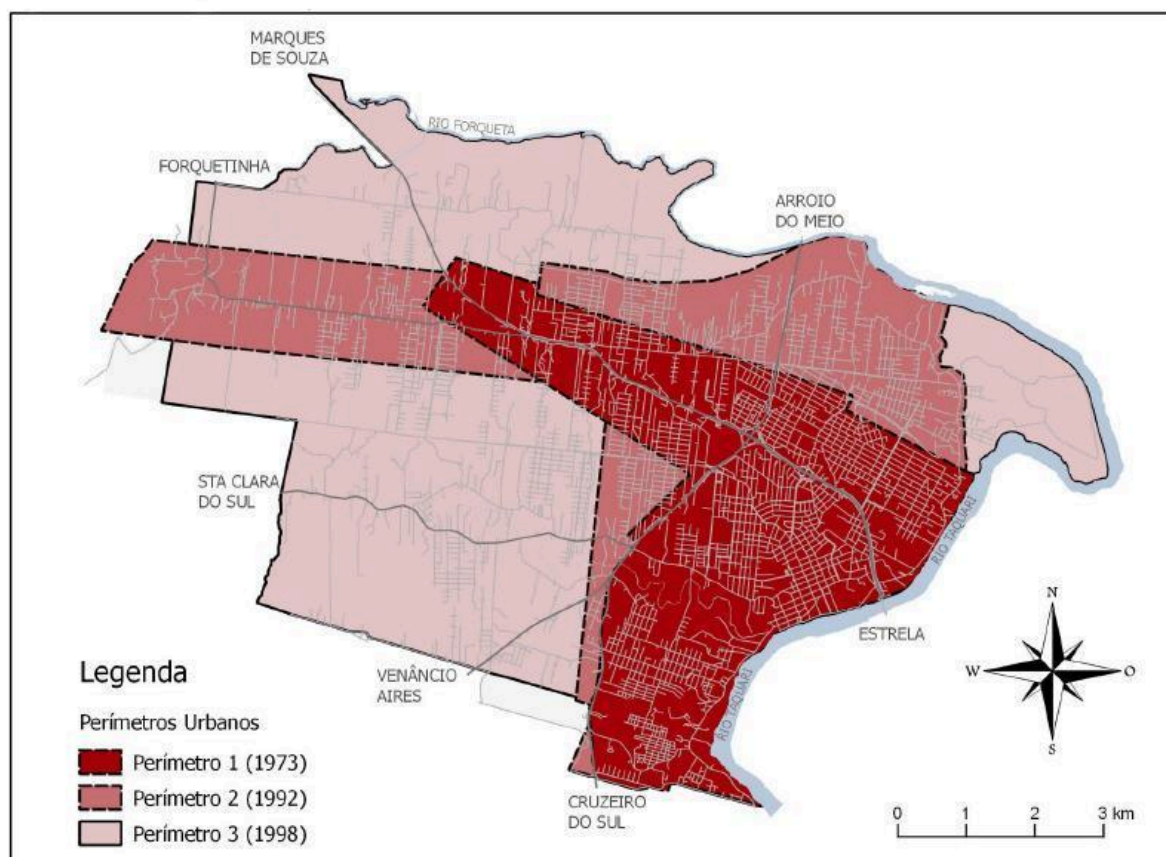
²⁶ Krein (2017).

²⁷ Gabe (2017), Krein (2017).

²⁸ Gabe (2017), Krein (2017).

Um novo ajuste incorporou o território urbano até os limites com o Rio Forqueta e com o município de Cruzeiro do Sul. Além disso, a alteração do perímetro urbano, englobou também totalmente os bairros Conventos e Carneiros²⁹.

Com essa configuração, o território do município de Lajeado é basicamente urbano, permanecendo apenas uma faixa rural a oeste, limítrofe dos municípios de Forquethinha e Santa Clara do Sul³⁰.



Evolução urbana de Lajeado.
Fonte: Krein (2017).

6. Inventário do Patrimônio Cultural e Histórico de Lajeado de 1992

O Inventário do Patrimônio Cultural e Histórico de Lajeado, realizado em 1992 com cooperação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado (IPHAE), disponível no acervo da Biblioteca Pública Municipal de Lajeado, elencou 64 edificações e como destacado pelos autores,

foi possível diagnosticar influências de várias correntes arquitetônicas que testemunharam o desenrolar da nossa História, berço de muitas

²⁹ Krein (2017).

³⁰ Krein (2017).

imigrações, onde a miscigenação fica evidente através da arquitetura. A valorização e a preservação destas obras significa o restabelecimento dentro do plano real das ligações genéticas e culturais com nossos antepassados, num processo político-cultural de extrema importância tornando transparente uma continuidade histórica que possibilita a compreensão do presente a identificação do homem como ser integrante dessas transformações.

Entre as edificações originalmente inventariadas, muitas já não integram o território de Lajeado, pois estão localizadas em municípios como Canudos do Vale e Forquetinha, emancipados em 1996, e Marques de Souza, emancipado em 1995. Além disso, ao longo dos anos, algumas construções foram demolidas ou passaram por modificações significativas, resultando na perda de suas características arquitetônicas originais.

Nos anos de 2011 e 2021 foi realizado um levantamento pela Secretaria de Planejamento, identificando a situação das edificações inventariadas, porém as edificações em São Bento e Conventos não foram analisadas.

Entre as edificações ainda pertencentes ao território de Lajeado foram identificadas 44, destas, onze edificações foram demolidas, quatro não foram localizadas, uma foi desmontada e montada no Parque Histórico, três foram removidas do novo inventário por estarem bastante modificadas, perdendo suas características arquitetônicas, uma foi removida por apresentar dificuldade no acesso, não sendo possível analisá-la. Assim, apenas 24 edificações inventariadas em 1992 permaneceram na atualização do inventário de 2024. Conforme detalhado na tabela a seguir:

Bens Edificados Inventariados			
Nº ficha	Foto	Denominação do bem/localização	Situação
1		Alfredo Wiebeling AV. Beira Rio, 4040.	Demolida

2		Margarida Maria Spezia Av. Beira Rio, 1617	Existente - mantida no inventário 2024
3		Laçador Comércio de Alimentos Rua Dr. Parobé, 59	Demolida
4		Vovolar Praça Coronel Moreira César	Demolida
5		Uma das Primeiras casas de Lajeado Rua Oswaldo Aranha, 871	Demolida
6		Transportadora Pinguim Rua Olwaldo Aranha, 785-793-801	Existente - mantida no inventário 2024

7		Aldino W. Leonhardt Rua Silva Jardim, 364	Existente - mantida no inventário 2024
8		Terezinha Soares da Silva Rua Silva Jardim, 191-197	Existente - mantida no inventário 2024
9		Comércio de Baterias Rua Silva Jardim, 150	Existente - mantida no inventário 2024
10		Spoehr Straatmann Auto Peças Rua Silva Jardim, 174	Existente - mantida no inventário 2024

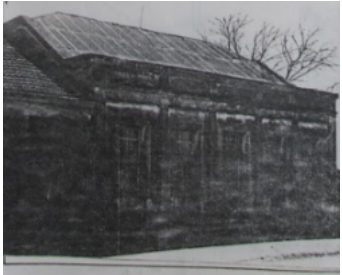
11		Pinto Müller Rua Júlio de Castilhos, 344	Existente - mantida no inventário 2024
12		Casa dos Jaeger Rua Júlio de Castilhos, 364	Existente - mantida no inventário 2024
13		Casa de Cultura Rua Borges de Medeiros, 285	Existente - Bem tombado pelo IPHAЕ, inscrito no Livro Tombo 26, no dia 01/08/1984.
14		Casa dos Grün Rua Borges de Medeiros, 350	Existente - mantida no inventário 2024
15		Antiga Rodoviária Rua Borges de Medeiros, 341	Existente - mantida no inventário 2024

16		Família Schneider Rua Borges de Medeiros, 370	Existente - mantida no inventário 2024
17		Residência das Irmãs Madre Bárbara Rua Borges de Medeiros, 388	Existente - mantida no inventário 2024
18		Valentim Hilgert Rua Borges de Medeiros, 400	Existente - porém bastante modificada, por essa razão foi removida do inventário 2024
19		Casa dos Feldens Rua Bento Rosa, 228	Existente - mantida no inventário 2024

20		Artelétrica Rua Júlio de Castilhos, 452	Existente - mantida no inventário 2024
21		Antigo Bazar São Paulo Rua Júlio de Castilhos, 481	Existente - porém bastante modificada, por essa razão foi removida do inventário 2024
22		Rua Francisco Oscar Karnal, 327	Demolida
23		Escritório Ferri Rua João Batista de Mello, 422	Demolida
24		Hexel S/A Rua João Batista de Mello, 350	Demolida

25		Chácara da Família Jaeger Rua 17 de Dezembro, 164	Demolida
26		Rua Bento Gonçalves, 701	Existente - porém bastante modificada, por essa razão foi removida do inventário 2024
27		Yara Christ Straatmann Rua Bento Gonçalves, 724	Demolida
28		Lojas Heemann Rua Júlio de Castilhos, 792	Existente - mantida no inventário 2024
29		Torre da Igreja Evangélica Rua Júlio de Castilhos	Existente - mantida no inventário 2024

30		Jardim de Infância CEAT Rua Bento Gonçalves	Demolida
31		Hospital São Roque Rua Júlio de Castilhos	Existente - mantida no inventário 2024
32		Vila Olga Rua Júlio de Castilhos, 1172	Demolida
33		Hedy Schabitz Lenz Av. Benjamin Constant	Existente - removida por dificuldade de acesso à edificação.
34		Beno Friedrich São Bento	Conforme relatos de familiares esta residência foi desmontada e levada para o Parque Histórico
35		Família Lottermann São Bento	Não localizada - Removida do inventário de 2024 por não ter sido localizada

36		Família Bender São Bento	Existente - mantida no inventário 2024
37		Olinda S Fleck São Bento	Existente - mantida no inventário 2024
38		Simão Blau São Bento	Não localizada - Removida do inventário de 2024 por não ter sido localizada
39		Nelson Johann São Bento	Existente - mantida no inventário 2024
40		Família Sgarabotto São Bento	Não localizada - Removida do inventário de 2024 por não ter sido localizada
41		Família Hammes Conventos	Não localizada - Removida do inventário de 2024 por não ter sido localizada

42		Igreja Evangélica Luterana Conventos	Existente - mantida no inventário 2024
43		Igreja Evangélica Conventos	Existente - mantida no inventário 2024
44		Igreja Católica Conventos	Existente - mantida no inventário 2024

Dados e imagens retirados do Inventário de 1992, adaptado pelos autores.

7. Novo Inventário

7.1. Metodologia - IPHAE

Embora a Prefeitura Municipal de Lajeado não tenha formalizado um acordo de cooperação técnica com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado do Rio

Grande do Sul (IPHAE-RS), a metodologia e os instrumentos de inventário desenvolvidos pelo órgão foram disponibilizados para nortear os trabalhos.

Essa decisão permitiu que o inventário fosse realizado em conformidade com os padrões técnicos adotados pelo IPHAE, assegurando a uniformidade do processo e a compatibilidade dos dados coletados com os registros estaduais. Entre os materiais fornecidos pelo órgão, destaca-se a ficha do modelo **M-01** (apresentada abaixo), amplamente reconhecidas por sua eficiência na identificação, caracterização e avaliação de bens culturais edificados. Por meio das informações registradas, é possível localizar as edificações e os espaços urbanos, descrever suas características físicas, documentar suas condições atuais de conservação e sua importância histórica.

Ficha N°:	Data:
-----------	-------

Município:	Localidade:
------------	-------------

Denominação do Bem:	Foto:	
Endereço/Localização:		
Proprietário original:		
Proprietário atual:		
Uso original:		
Uso atual:		
Uso original:		Longitude:
Erro Horizontal:		
Proteção Existente:		Proteção Proposta: () GP1 - conservação rigorosa () GP2 - conservação intermediária () GP3 - conservação volumétrica
Bens Móveis:		Figura 01: Data:
Observações:		

Valores estabelecidos ao bem:

Estado de Conservação	Estado de Preservação	Potencial de Conservação e Reuso
☐ Muito bom ☐ Bom ☐ Regular ☐ Precário ☐ Risco de desaparecimento	☐ Preservado ☐ Pouco alterado ☐ Muito alterado ☐ Descaracterizado	☐ Muito bom ☐ Bom ☐ Pouco ☐ Inviável ao reuso
OBS:	OBS:	OBS:

Histórico:	
Documentação Iconográfica:	
Levantamento fotográfico atual:	
Imagens complementares (entorno, edificações):	
ANÁLISE ARQUITETÔNICA:	
Planta de situação atualizada:	Croqui / planta baixa:
Fontes:	
Locais pesquisados:	
Observações:	

A utilização dessas ferramentas possibilitou a aplicação de uma metodologia consolidada, garantindo a qualidade técnica do levantamento e o alinhamento às diretrizes regionais para a preservação do patrimônio histórico. Assim, mesmo sem o acordo formal, o inventário de Lajeado manteve um padrão elevado e compatível com as melhores práticas na área.

De acordo com as diretrizes recomendadas pelo IPHAE/RS, foram classificados e arrolados no inventário os Bens Materiais, conforme o mesmo, “o levantamento do Patrimônio Cultural Imóvel é representado por prédios, casas, monumentos e outras construções representativas de uma época ou de estilos arquitetônicos, podendo ainda ser importante por seus vínculos de identidade e memória de uma comunidade”.

Ainda de acordo com o IPHAE, uma metodologia eficaz de inventário deve, primeiramente, compreender o espaço analisado, seja ele de natureza rural ou urbana. É fundamental interpretar os significados atribuídos ao local, bem como sua trajetória histórica e os elementos simbólicos que o compõem.

Além disso, a metodologia deve incluir mecanismos de participação da comunidade local, dado que esta possui um vínculo direto com o lugar e detém conhecimentos e informações primárias indispensáveis. Esse envolvimento permite uma seleção mais precisa e abrangente dos bens de interesse cultural, alinhando o inventário às especificidades e valores da população envolvida.

Durante o período de desenvolvimento do inventário, foi estabelecido um canal de comunicação com a comunidade por meio de um endereço eletrônico, permitindo que moradores sugerissem edificações e espaços considerados relevantes para o patrimônio local.

Adicionalmente, no dia 13 de março de 2024, foi realizada a audiência pública intitulada "Atualização do Inventário do Patrimônio Histórico", nas dependências do Labilá, localizado na Rua Marechal Deodoro, nº 379, Centro. Durante o evento, a equipe responsável pelo inventário apresentou a metodologia utilizada para o levantamento dos bens edificados e promoveu um debate acerca dos critérios de seleção aplicados na identificação e catalogação dos bens culturais.

7.2. Conceitos - IPHAE

Para o preenchimento das fichas foram utilizados importantes conceitos estabelecidos pelo IPHAE, sendo eles os graus de proteção e os valores estabelecidos ao bem, descritos a seguir.

7.2.1. Graus de Proteção

Dentro do sistema de rastreamento cultural, o IPHAE identifica três graus de proteção que devem ser propostos baseando-se nos seguintes critérios:

GP1 (grau de proteção rigorosa): imóveis de grande importância histórica e/ou arquitetônica ou que mantêm a maioria das características originais, sofrendo poucas alterações ao longo do tempo. Devem ser conservados integralmente;

GP2 (grau de proteção intermediária): imóveis de relevância histórica e/ou arquitetônica, que sofreram alterações ao longo do tempo, principalmente internas, mas que preservam ainda as características externas originais. Devem ser preservados externamente, permitindo, entretanto, alterações em seu interior, desde que não prejudiquem a leitura do bem;

GP3 (grau de proteção volumétrica): imóveis importantes para a leitura do conjunto urbano, que ainda apresentam, na maioria dos casos, alguns elementos decorativos de fachada significativos, mas que foram fortemente descaracterizados. Mesmo assim, sua volumetria é compatível com o conjunto histórico. Seus elementos decorativos externos ainda existentes deverão ser preservados e as alterações propostas deverão buscar a harmonização do conjunto. Imóveis de acompanhamento.

7.2.2. Valores estabelecidos ao bem

De acordo com o IPHAE, os critérios de valoração aplicados à avaliação de bens edificados em um inventário incluem os seguintes parâmetros:

INSTÂNCIA CULTURAL:	
Referência Histórica	Fato histórico de interesse para a comunidade
Valor de antiguidade	Marco histórico no processo de transformação da cidade
Valor tradicional ou evocativo	Significado referencial para a comunidade. Significado afetivo
Referência coletiva	Por seu significado torna-se ponto de referência coletiva
INSTÂNCIA MORFOLÓGICA:	
Valor arquitetônico	Edificações que oferecem interesses pelas qualidades formais que apresentam
Referência historiográfica	Influência de modelo consagrado da história da arquitetura
Raridade formal	Expressão rara de manifestação da cultura regional ou qualificada, por formas valorizadas

Elemento referencial	Elemento construído preponderante na paisagem urbana
Compatibilidade dos anexos	Valor encontrado explicitada a compatibilidade do original e seu(s) anexo(s)
INSTÂNCIA FUNCIONAL:	
Compatibilização com a estrutura urbana	Delimitação não acarreta conflitos com a dinâmica do sistema urbano
Potencial de reciclagem	Estrutura passível de readequação funcional
Uso tradicional	Permanência de usos originais nas estruturas existentes
Uso peculiar	Presença de atividade de caráter peculiar
INSTÂNCIA TÉCNICA:	
Raridade na técnica construtiva	Execução através de técnica construtiva rara
Raridade no emprego de materiais	Emprego de materiais em desuso
Risco de desaparecimento	Processo acelerado de degradação, portanto, em risco de desaparecimento
Bom estado de conservação	Obras que resistiram ao tempo sem adequada manutenção
INSTÂNCIA PAISAGÍSTICA:	
Compatibilização com a paisagem urbana	Em harmonia com a diversidade da paisagem, com o contexto urbano, seja em escala e/ou tipologia
Conjunto de unidades – cenário	Sua inexistência descaracteriza o cenário que compõe. O valor existe no conjunto de unidades
Estruturação do cenário da quadra	Conjunto estruturador, preponderante na configuração da paisagem da quadra
Elemento referencial	Destaque na paisagem, torna-se referência
INSTÂNCIA LEGAL	
Proteção federal	Incidência de legislação de preservação em nível federal
Proteção estadual	Incidência de legislação de preservação em nível estadual
Proteção municipal	Incidência de legislação de preservação em nível municipal

Tabela de instâncias: Valores de seleção estabelecidos aos bens inventariados.

Fonte: IPHAE, adaptada pelos autores.

7.3. Patrimônio Inventariado

O inventário de bens imóveis de Lajeado/RS visa ampliar e atualizar o levantamento patrimonial existente desde 1992, buscando abarcar um conjunto mais diverso e representativo das construções históricas da cidade. Além das edificações previamente catalogadas, o novo levantamento incluiu exemplares da Arquitetura Religiosa, Instituições de Ensino, Instituições Públicas e Privadas, arquitetura monumental e modesta, bem como edificações residenciais, industriais e comunitárias. Também foram integrados espaços abertos significativos, como praças, parques e cemitérios, elementos que dialogam com a história e a memória coletiva de Lajeado.

O trabalho teve início em novembro de 2023, com a formação da equipe. Na primeira reunião, em 24 de novembro, além da apresentação da equipe, foi discutido o contrato e suas condições, o escopo do trabalho e o papel de cada um. Também foram dadas as primeiras atribuições para cada membro da equipe.

Durante o mês de dezembro de 2024 foram realizadas reuniões do grupo de trabalho, a fim discutir conceitos de patrimônio e preservação, visando fundamentar os critérios de seleção das edificações do inventário. Foi feita uma avaliação preliminar das edificações que podem vir a ser incluídas no inventário, por meio de pesquisa no Google Earth. Em paralelo, os historiadores iniciaram as pesquisas sobre a história da cidade e seu patrimônio nos arquivos municipais.

Ainda em dezembro foi realizada a primeira reunião da equipe do inventário com os representantes da prefeitura municipal e o secretário municipal Carlos Rodrigo Reckziegel, da Secretaria da Cultura, Esporte e Lazer – SECEL, na Casa de Cultura de Lajeado. Nesta reunião, foi apresentada a equipe, os objetivos e as etapas do trabalho, bem como os procedimentos para o seu desenvolvimento e questões administrativas.

Durante o mês de dezembro e janeiro foram feitas saídas de campo da equipe de arquitetos, onde foram feitos os primeiros levantamentos das edificações da Praça da Matriz, ponto inicial para os levantamentos, definido pela importância histórica do local, seguindo pelas ruas Borges de Medeiros e João Abott. Posteriormente pelas ruas Silva Jardim e Oswaldo Aranha. Em paralelo, os historiadores realizaram levantamentos de fotografias e documentos no arquivo histórico de Lajeado.

No dia 26 de janeiro foi realizada uma reunião virtual da equipe do inventário e a arquiteta Lisandra Weiler do Iphae, para discutir critérios para o preenchimento das fichas e metodologias para a elaboração do inventário.

Em fevereiro foram realizadas mais duas saídas de campo em ruas da área central de Lajeado e outra no Bairro Conventos. Além de uma reunião da equipe com os representantes da prefeitura, para tratar do andamento do trabalho.

Ao longo de março foram realizadas duas saídas de campo no Bairro Conventos e Alto Conventos, a fim de dar continuidade aos levantamentos das edificações de interesse. Além de duas saídas nos bairros Centro, Conservas e Morro 25. Também foi realizada a Audiência Pública “Atualização do Inventário do Patrimônio Histórico”, no Labilá, Rua Mal. Deodoro, 379, Centro. Na audiência a equipe do Inventário apresentou a metodologia de levantamento dos bens edificados e debateu sobre os critérios de seleção dos mesmos.

O mês de abril foi dedicado à análise e avaliação dos bens inventariados até o momento, com reuniões de toda a equipe da Univates. A arquiteta Taylane de Oliveira Katz foi integrada à equipe, para a organização e diagramação das entregas do contrato. No dia 24 de abril foi realizada mais uma reunião virtual com a arquiteta Lisandra do Iphae-RS para apresentar o resultado parcial dos levantamentos, discutir a metodologia de preenchimento das fichas e outras questões relativas a uma possível formalização de convênio referente ao Inventário entre o Iphae e o município.

Em maio, o sexto mês de trabalho, o projeto seguiu com a etapa de avaliação das edificações registradas e preenchimento das fichas, a escrita dos textos do histórico e elaboração gráfica do documento. Na primeira metade deste mês, no entanto, o projeto esteve paralisado em virtude do desastre ocorrido com as inundações, que atingiram toda região e impossibilitaram o desenvolvimento das atividades.

Foi realizada reunião para a retomada das atividades, em que foi analisado o impacto das cheias sobre o patrimônio da cidade, em especial as edificações levantadas pela equipe. Foi discutido como proceder, tendo em vista que muitas casas foram severamente avariadas, mudando significativamente a sua condição em relação ao levantamento anterior. Algumas edificações inclusive ruíram e desapareceram, representando uma perda definitiva do bem.

No sétimo e oitavo mês de trabalho (junho e julho), o projeto seguiu com o preenchimento das fichas, tendo os arquitetos Augusto Alves, Ângela Priscila Degasperi e Djulia Marder incumbidos desta atividade. Os historiadores Patrícia Schneider e Marcos Rogério Kreutz seguem com a redação do histórico da cidade, ao passo que a arquiteta Taylane Katz trabalha na elaboração gráfica da cartilha de educação patrimonial.

Também foram destacados imóveis importantes que ainda não foram inventariados e fotografados.

Os meses de setembro, outubro, novembro e dezembro foram dedicados ao preenchimento das fichas dos bens inventariados, a seleção final das edificações e a

continuidade dos trabalhos dos demais integrantes da equipe. Além da produção do documento final do inventário.

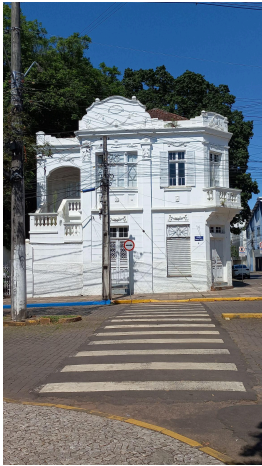
Ainda, no dia 09 de outubro de 2024, das 8h às 11h30 minutos e das 13h30 minutos às 17h, foi realizada no auditório do Prédio 9 - Univates, a oficina de educação patrimonial, intitulada: “Lajeado: História, Evolução Urbana e Patrimônio Edificado” Na oportunidade a equipe da Univates apresentou conceitos sobre patrimônio, a evolução urbana de Lajeado, a importância do inventário e a atualização do inventário do patrimônio histórico de Lajeado, mostrando alguns bens que foram incluídos no inventário.

Foram produzidas cartilhas e materiais didáticos que serão disponibilizados para apoio aos professores no ensino sobre patrimônio, bem como à comunidade em geral, como forma de disseminar a educação patrimonial no município, atendendo ao disposto no contrato.

O levantamento inicial considerou cerca de 220 imóveis com potencial relevância histórica, distribuídos tanto no centro quanto nos bairros da cidade. Após uma análise criteriosa de suas características arquitetônicas, relevância histórica e contribuição para a identidade local, 100 imóveis foram selecionados para compor o inventário atualizado.

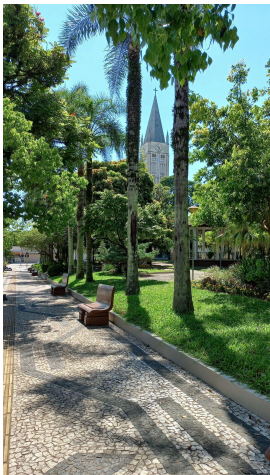
Os bens edificados inventariados estão organizados nas fichas de acordo com a tabela a seguir:

Bens Edificados			
Número da ficha	Foto	Denominação do bem/localização	Ano de inventário/atualização
1		Casa de Cultura Esquina Rua Borges de Medeiros com Rua Júlio de Castilhos, N° 285. Bem tombado pelo IPHAE (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado), inscrito no Livro Tombo 26, no dia 01/08/1984.	1992/2024

2		Casa das Irmãs Jaeger Rua Júlio de Castilhos, esquina com Rua Borges de Medeiros, nº364 e nº370. Quarteirão: Setor 01, Quadra 36, Lote 235	1992/2024
3		Antiga Loja Pinto Müller Rua Júlio de Castilhos, nº 350 Quarteirão: Setor 01, Quadra 36, Lote 246	1992/2024
4		Anexo Loja Pinto Müller Rua Júlio de Castilhos, nº 334	1992/2024

5		Papelaria Cometa Rua Júlio de Castilhos, esquina com a Rua Marechal Deodoro, n° 284 e n°280	2024
6		Antiga Agência dos Correios Esquina da Rua Marechal Deodoro com Rua Júlio de Castilhos, n° 256	2024
7		Antigo Fórum Rua Marechal Deodoro, n° 212	2024

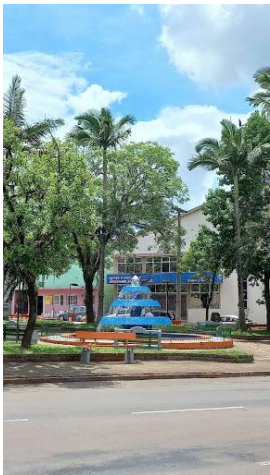
8		Colégio Castelo Branco Rua Bento Gonçalves, N° 291	2024
9		Igreja Matriz Santo Inácio de Loyola Rua Bento Gonçalves, N° 357	2024
10		Restaurante Tombado Rua Borges de Medeiros, N° 225	2024

11		Antigo Baratilha Lajeadense Rua Borges de Medeiros, N° 235	2024
12		Casa Müller Rua Borges de Medeiros, N° 263 (térreo) N° 265 (superior)	2024
13		Praça da Matriz Praça Matriz, Ruas: Júlio de Castilhos, Borge de Medeiros, Bento Gonçalves e Marechal Deodoro	2024

14		Antiga Rodoviária Rua Borges de Medeiros, N° 341	1992/2024
15		Casa Grün Rua Borges de Medeiros, N° 350	1992/2024
16		Casa Schneider Rua Borges de Medeiros, n° 370 Quarteirão: Setor 01, Quadra 36, Lote 168	1992/2024

17		Casa das Irmãs Madre Bárbara Rua Borges de Medeiros, N° 382	1992/2024
18		Colégio Madre Bárbara Esquina entre Avenida Benjamin Constant e Rua Borges de Medeiros	2024
19		Antiga Acvat Avenida Benjamin Constant, esquina com a Rua Coronel Júlio May, N°428	2024

20		Casa Borges de Medeiros nº539 Rua Borges de Medeiros, nº539	2024
21		Casario Borges de Medeiros nº 557 Rua Borges de Medeiros, N°557 e N° 565	2024
22		Casa João Abott nº 304 Rua João Abott, N° 304 e 312	2024

23		Antiga Padaria Lajeadense Rua João Abott, esquina com a Rua Marechal Deodoro	2024
24		Casa Marechal Deodoro nº 648 Rua Marechal Deodoro nº 648	2024
25		Praça Gaspar Silveira Martins Avenida Benjamin Constant, Rua Marechal Deodoro, Praça Gaspar Silveira Martins.	2024

26		ACIL - Associação Comercial e Industrial de Lajeado Avenida Benjamin Constant esquina com a Rua Silva Jardim, N° 173	2024
27		Antiga Casa das Baterias Rua Silva Jardim, n° 156	1992/2024
28		Pavilhão Spohr Straatmann Auto Peças Rua Silva Jardim, n° 160	2024

29		Spoehr Straatmann Auto Peças Rua Silva Jardim, 174	1992/2024
30		Casa Silva Jardim nº 197 Rua Silva Jardim, nº 197	1992/2024
31		Casa Silva Jardim n. 276 Rua Silva Jardim, n. 276, esquina com a João Abott	2024

32		Antiga Scherer Pneus Rua João Abbott, esquina com a rua Silva Jardim, n° 221	2024
33		Casa Silva Jardim, n. 364 Rua Silva Jardim, n. 364	1992/2024
34		Praça Moreira César Rua Dr. Parobé, Rua São Sebastião e Rua Silva Jardim	2024

35		Casa Born Rua Osvaldo Aranha, N°	1991/2024
36		Pavimentação Histórica Trecho da Rua Osvaldo Aranha	2024
37		Pavilhão industrial, rua Doutor Parobé n. 198 Rua Doutor Parobé, esquina rua General Osório.	2024

38		Casa Osvaldo Aranha nº 669 Rua Osvaldo Aranha, N° 677 e 669	2024
39		Casa enxaimel Osvaldo Aranha, N° 649 Rua Osvaldo Aranha, N° 649	2024
40		Belvedere Aldino Aloisio Gallas Rua Osvaldo Aranha	2024

41		Casa Osvaldo Aranha nº 515 Rua Osvaldo Aranha, nº 515	2024
42		Casa Osvaldo Aranha nº 479 Rua Osvaldo Aranha, N° 479	2024
43		Casa Benjamin Constant nº295 Avenida Benjamin Constant, N°295	2024

44		Casa Benjamin Constant nº477 Avenida Benjamin Constant, nº477	2024
45		Antiga Artelétrica Comercial LTDA Rua Júlio de Castilhos, esquina com Rua Júlio May, Nº294	1992/2024
46		Residência modernista Pretto Avenida Benjamin Constant esquina com a Rua João Batista de Melo, Nº630	2024

47		Residência Dr. Klein Rua Alberto Torres, esquina com a avenida Benjamin Constant, n° 419	2024
48		Casa Benjamin Constant n. 851 Avenida Benjamin Constant, esquina Rua Carlos Von Koseritz, n° 851	2024
49		Hospital Pavilhão São Roque Rua Júlio de Castilhos, 940	1992/2024

50		Casa Pinheiro Machado n° 426 Rua Pinheiro Machado, N° 426	2024
51		Cemitério Evangélico Luterano de Lajeado Rua Julio de castilho	2024
52		Antiga Lojas Heemann Ind. e Comércio Rua Júlio de Castilhos, esquina com Rua Alberto Torres, N° 792	1992/2024

53		Campanário da Igreja Evangélica Luterana de Lajeado Rua Júlio de Castilhos, esquina com Rua Alberto Torre	1992/2024
54		Igreja Evangélica Luterana de Lajeado Rua Alberto Torre, N° 310	2024
55		CEAT - Colégio Evangélico Alberto Torres - Unidade Lajeado Rua Alberto Torres, esquina com Rua Bento Gonçalves, N°297	2024

56		Casa rua Bento Gonçalves n. 808 Rua Alberto Torre, esquina com a Rua Bento Gonçalves, N° 808	2024
57		Casa Santos Filho n. 213 Rua Santos Filho, esquina com a Rua Bento Gonçalves, N°213.	2024
58		Atual Loja Empório Rua Júlio de Castilhos esquina com a Rua João Batista de Melo	2024

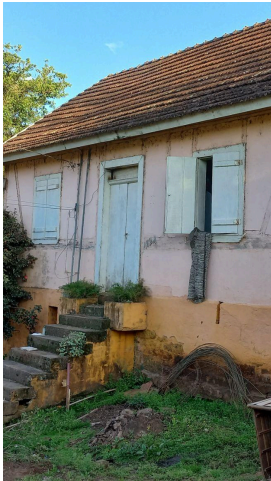
59		Edifício Lincoln Rua Júlio de Castilhos, esquina com Rua João Batista de Melo, n° 619	2024
60		E.E.E.F. Fernandes Vieira Rua Francisco Oscar Karnal esquina com Rua João Abbott, N° 538	2024
61		Cemitério Católico Antigo Rua Major Amélio e Rua Bento Rosa (aceso principal), N°220	2024

62		Casa Família Feldens Rua Bento Rosa, N° 228	1991/2024
63		Parque do Engenho Rua Lothar Felipe Christ	2024
64		Conjunto Pavilhões da Souza Cruz Avenida ACVAT, sem número, bairro Americano.	2024

65		Casa modernista Leopoldo Sulzbach nº 85 Rua Paulo Born, esquina Rua Leopoldo Sulzbach, Nº 85	2024
66		Casa modernista Dom Pedro II nº 151 Rua Dom Pedro II, Nº 151	2024
67		Casa modernista Dom Pedro II nº 191 Rua Dom Pedro II, esquina com a Rua Visc. de Tamandaré, Nº 191	2024

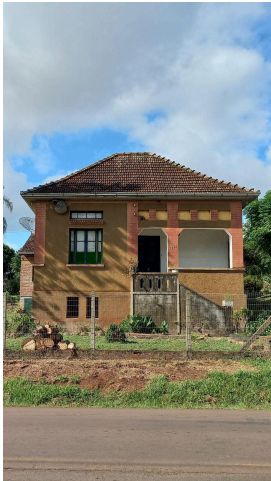
68		Igreja Católica São Cristóvão Avenida Senador Alberto Pasqualini e Rua 11 de Junho	2024
69		Ponte de Ferro sobre o rio Forqueta Avenida Senador Alberto Pasqualini, sobre o rio Forqueta, divisa entre Lajeado e Arroio do Meio.	2024
70		Antigo salão de baile do Clube Olarias Rua Paulo Emílio Thiesen, esquina com a Rua João Goulart.	2024

71		Antiga casa comercial em Olarias Rua Paulo Emílio Thiesen, n. 916.	2024
72		Casa Paulo Emílio Thiesen n. 936 Rua Paulo Emílio Thiesen, n. 936. (esquina com a rua João Goulart)	2024
73		Igreja Adventista do Sétimo Dia Rua Henrique C. Becker, N° 1211	2024

74		Casas enxaimel Cap. Felipe Dieter Rua Wilibaldo Eckardt, nº 3564, bairro Imigrante.	2024
75		Casas Pedro Theobaldo Breitenbach nº 2003 Rua Pedro Theobaldo Breidenbach, nº 2025 e nº 2003 (esquina com a Rua Avelino Fuchs).	2024
76		Casa Pedro Theobaldo Breitenbach nº 2099 Rua Pedro Theobaldo Breitenbach, N° 2099 (nos fundos do lote rural, afastada da rua).	2024

77		Antigo Salão de Baile de Conventos Av. Pedro Teobaldo Breidenbach esquina com a R. E, nº 2051	2024
78		Igreja Evangélica de Conventos Av. Pedro Teobaldo Breidenbach, N° 2549	1992/2024
79		Cemitério Evangélico de Conventos Av. Pedro Teobaldo Breidenbach, (Fundos da Igreja Evangélica de Conventos)	2024

80		Casa rural rua Theobaldo Breit. n° 2620 Rua Pedro Theobaldo Breitenbach, n° 2620	2024
81		Casa enxaimel rua Elisabetha Eggers Rua Elisabetha Eggers	2024
82		Igreja Evangélica Luterana do Brasil Avenida Pedro Theobaldo Breidenbach, N° 2948	1991/2024

83		Casa rua Theobaldo Breitenbach n° 3111 Avenida Pedro Theobaldo Breitenbach, n° 3111	2024
84		Casa enxaimel Theobaldo Breit. n° 3205 Rua Pedro Theobaldo Breitenbach, n° 3205	2024
85		Residência Pedro Teobaldo Breidenbach, N° 4040 Av. Pedro Teobaldo Breidenbach, N° 4040	2024

86		Casa rua Theobaldo Breitenbach n° 4081 Rua Pedro Theobaldo Breitenbach, N° 4081	2024
87		Igreja Católica São José de Conventos Av. Pedro Teobaldo Breidenbach, N°	1992/2024
88		Casa comercial rua Pedro Beuren Rua Pedro Beuren esquina rua Pedro Theobaldo Breitenbach.	2024

89		Casa do lago rua Elizabeth Beuren Rua Elizabeth Beuren, sem número	2024
90		Casa e mini-mercado rua Elizabeth Beuren Rua Elizabeth Beuren, nem número, Alto conventos	2024
91		Casa rua Elizabeth Beuren Rua Elizabeth Beure, sem número	2024

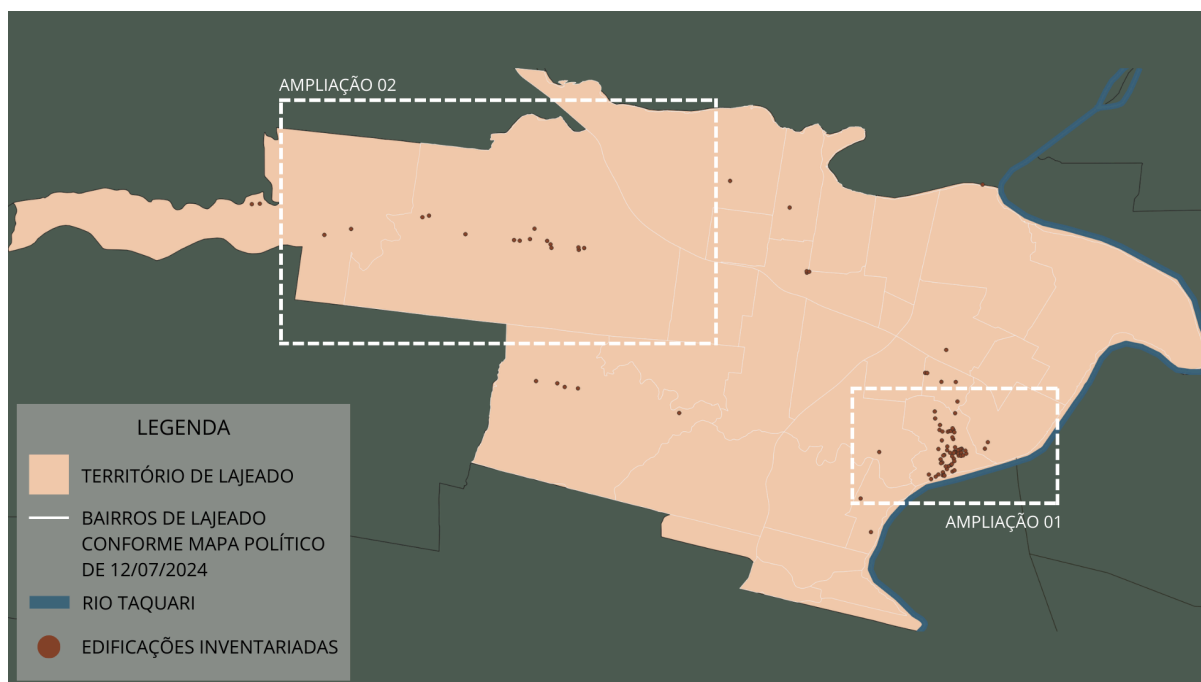
92		Casa enxaimel rua das Indústrias Rua das Indústrias	2024
93		Casa avenida Beira Rio n. 1611 Avenida Beira Rio, N° 1611	1992/2024
94		Casa rua Guilhermina Bucker n. 235 Rua Guilhermina Bucker n. 235	2024

95		Casa rua Carlos Spohr Filho n° 1115 Rua Carlos Spohr Filho, N° 1115	2024
96		Casa rua Carlos Spohr Filho n. 5143 Rua Carlos Spohr Filho, n. 5143	1992/2024
97		Casa rua Carlos Spohr Filho n°6903 Rua Carlos Spohr Filho, n°6903	2024

98		Igreja Católica São Bento Rua Carlos Spohr Filho	2024
99		Antigo Armazém Fleck Rua Carlos Spohr Filho, 4383	1992/2024
100		Residência Carlos Spohr Filho Rua Carlos Spohr Filho	1992/2024

MAPA DAS EDIFICAÇÕES INVENTARIADAS SELECIONADAS

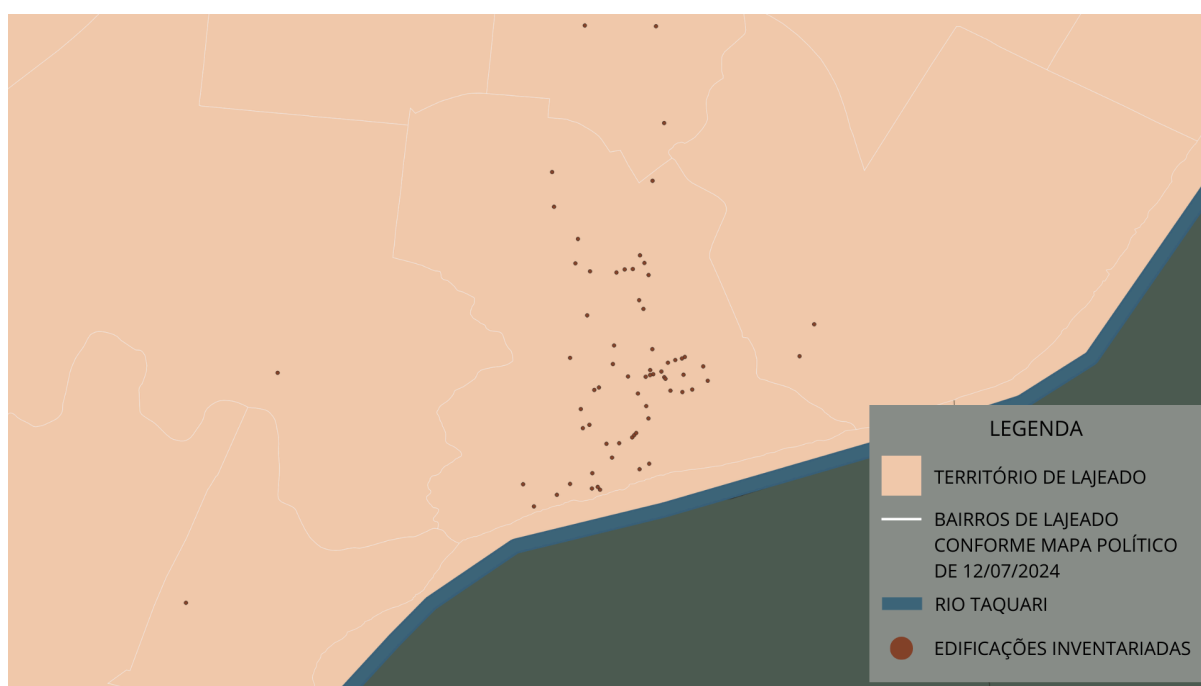
As 99 edificações selecionadas para compor o inventário estão distribuídas em diferentes bairros do município de Lajeado, conforme apresentado no mapa a seguir:



Mapa Geral. Escala 1/50000

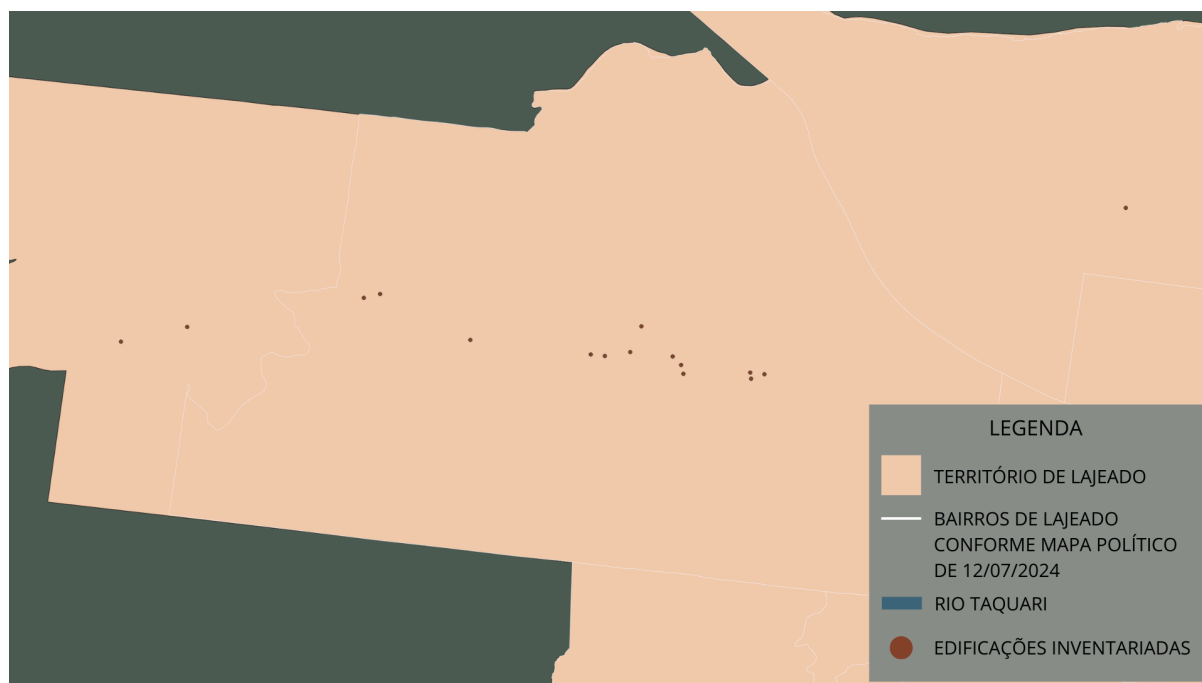
Dos Autores, 2024

Foram feitas duas ampliações nas áreas de maior concentração das edificações, a primeira ampliação é do Centro de Lajeado, que conforme apresentado anteriormente, teve grande importância na formação do núcleo urbano, onde surgiram as primeiras edificações de apoio a Vila de Lajeado, que davam suporte à colonização da área, servindo como equipamentos urbanos de apoio à população.



Mapa Ampliação- Bairro Centro. Escala 1/5000

Já a segunda ampliação é do Bairro Conventos, ao longo da Avenida Pedro Teobaldo Breidenbach, região de colonização alemã, uma das mais antigas colônias da região, conforme mencionado anteriormente.



Mapa Ampliação- Bairro Conventos. Escala 1/10000

Dos Autores, 2024

8. Considerações finais

O inventário do patrimônio edificado de Lajeado, concluído com base em um trabalho minucioso e interdisciplinar, é mais do que uma ferramenta de registro: é um marco na preservação da memória coletiva e na construção de um futuro mais consciente e respeitoso com a história local. Este documento reflete o compromisso da equipe envolvida e da comunidade com a valorização do legado cultural material, constituído por edificações, monumentos e espaços urbanos que traduzem a identidade de Lajeado.

O trabalho realizado não se limitou a um levantamento técnico, mas buscou compreender o contexto histórico, social e econômico em que cada bem cultural está inserido. Ao longo do processo, o inventário revelou não apenas os aspectos arquitetônicos e estruturais das edificações, mas também suas relações com o cotidiano da população,

com as transformações urbanas e com os valores culturais que foram perpetuados através do tempo.

O inventário também cumpre um papel estratégico ao subsidiar a formulação de políticas públicas voltadas à preservação do patrimônio. Ele constitui uma base documental que pode orientar tanto a legislação local quanto iniciativas de educação patrimonial, promovendo a conscientização da população sobre a relevância de seu patrimônio. Para além, serve como referência para o planejamento urbano, garantindo que o crescimento da cidade não comprometa os elementos que são parte essencial de sua história e identidade.

Outro aspecto fundamental é a integração da comunidade ao longo do processo. Reuniões, audiências públicas e oficinas de educação patrimonial reforçaram o sentimento de pertencimento e a responsabilidade coletiva pela preservação do patrimônio. Ao reconhecer os bens culturais como elementos que transcendem a materialidade e carregam significados históricos, sociais e emocionais, a população de Lajeado reafirma seu papel como guardião da memória local.

O documento também destaca a necessidade de continuidade. Preservar o patrimônio é um desafio dinâmico, que exige constante revisão, manutenção e adaptação às novas demandas urbanas e culturais. O inventário, neste sentido, é apenas um ponto de partida. Ele deve inspirar novas pesquisas, incentivar a inclusão de bens que eventualmente não foram contemplados e fomentar parcerias entre poder público, iniciativa privada e sociedade civil para a proteção efetiva do patrimônio.

Lajeado, como parte do Vale do Taquari, é uma região marcada por sua diversidade cultural, fruto de um processo histórico de ocupação que reuniu povos indígenas, imigrantes europeus e africanos. Cada um desses grupos contribuiu para a construção de um patrimônio único, que reflete a riqueza e a complexidade da formação social brasileira. O inventário, ao contemplar essa pluralidade, reforça a importância de valorizar as especificidades locais enquanto parte de um contexto mais amplo de história e identidade nacional.

Por fim, este inventário é um chamado à ação. Ele lembra a todos nós que a preservação do patrimônio não é apenas um dever institucional, mas uma responsabilidade coletiva. Ao proteger o patrimônio edificado, não estamos apenas salvaguardando a história de Lajeado, mas também construindo um legado que será transmitido às gerações futuras. Que este trabalho inspire novas iniciativas e contribua para que Lajeado continue sendo uma cidade que honra e celebra sua história enquanto avança rumo ao futuro.

Referências

AHLERT, Lucildo; GRÄFF, Deoli. **Unsere Heimat**: o nosso lugar. Florianópolis: Editora Story Studio, 2019.

AHLERT, Lucildo; GEDOZ, Sirlei Teresinha. **Povoamento e desenvolvimento econômico na região do Vale do Taquari, Rio Grande do Sul - 1822 a 1930**. Estudo & debate, Lajeado, v. 8, n. 1, p. 49-91, 2001.

ALVES, Alencar W. **Planejamento e crescimento urbano**: um estudo sobre os planos diretores da cidade de Lajeado, Rio Grande do Sul. 2010. Dissertação (Mestrado em Ambiente e Desenvolvimento) – Centro Universitário Univates, Lajeado, 2010.

APERS. Tabelionatos. Tabelionato de Estrela. **Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, 2024. Disponível em: <<https://www.apers.rs.gov.br/acervo-tabelionatos>>. Acesso em 10 jan 2024.

BDR. **Perfil Socioeconômico do Vale do Taquari**. Univates. Lajeado, 2011.

BERGAMASCHI, Eliza. **Urbanização, reestruturação urbana e mudanças na organização espacial da cidade de Lajeado na região do Vale do Taquari – RS**. 2014. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, 2014.

CÂMARA DE VEREADORES. Ata 0000, CVL 20. **Câmara de Vereadores de Lajeado**. Lajeado, 1891.

CARVALHO, Taisa Soares de, AMARAL, Luís Cesar Peruci do. **Os inventários como instrumentos de preservação**: da identificação ao reconhecimento. 9º seminário Docomomo Brasil, Interdisciplinaridade e experiências em documentação e preservação do patrimônio recente. Brasília, junho de 2011. www.docomomobsb.org

GABE, Mateus. **Flexibilização do perímetro urbano e suas repercussões sobre a expansão urbana**: estudo de Lajeado/RS (1984/2016). 2017. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

GARAEIS, Vitor H. Educação Patrimonial: práticas, alternativas, memórias, identidades e representações. **Textura** – Revista de Letras e História. Canoas, v. 7, n. 11, 2005.

GREGORY, Júlia L. **Terra, fortuna e família**: a atuação de Antônio Fialho de Vargas no mercado da terra (segunda metade do século XIX). 2019. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2019.

HORTA, Maria de L. P.; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Q. **Guia básico da Educação Patrimonial**. 2000. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/temp/guia_educacao_patrimonial.pdf.pdf>. Acesso em 30 dez. 2023.

IBGE. Lajeado. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. 2024. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/lajeado/panorama>>. Acesso em 20 jan. 2024.

IPHAЕ. Inventários de bens culturais. **Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado**. 2020.

IPHAN. Patrimônio arqueológico. **Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. 2024. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/315>>. Acesso em 08 jan. 2024.

KREIN, Karina T. **Sistema de espaços abertos** – Lajeado. 2017. Monografia (Curso de Arquitetura e Urbanismo) – Centro Universitário Univates, Lajeado, 2017.

KREUTZ, Marcos R. **Movimentações de populações Guarani, séculos XIII e XVII** - Bacia Hidrográfica do Rio Taquari, Rio Grande do Sul. 2015. Tese (Doutorado em Ciências: Ambiente e Desenvolvimento) - Centro Universitário Univates, Lajeado, 2015.

KUHN, Fabio. **Breve história do Rio Grande do Sul**. 4. ed. Porto Alegre: Leitura XXI, 2011.

LOPIS, Erivania A. Patrimônio histórico cultural: preservar ou transformar? Uma questão conflituosa. **Revista Mosaico**, Vassouras, v. 8, n. 12, 2017.

MENEZES, Suelen. Cidades brasileiras e patrimônio da humanidade. **Desafios do Desenvolvimento**. Brasília, Ano 7, Edição 59, 2010.

MÜLLER, Doris Maria. **Crescimento Urbano**: um instrumento de análise aplicado ao Vale do Taquari. Dissertação de Livre-docência. PROPUR-UFRGS: Porto Alegre, 1976.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História do Rio Grande do Sul**. 8ª ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1997 142p. (série revisão, 1)

PREFEITURA. Bairros de Lajeado. **Prefeitura Municipal de Lajeado**. 2024. Disponível em: <<https://www.lajeado.rs.gov.br/conteudo/3356/931/>>. Acesso em 10 mar. 2024.

RÁDIO INDEPENDENTE. Vale do Taquari tem 361 mil habitantes, conforme o Censo 2022 do IBGE. **Rádio Independente**. Lajeado, 2023. Disponível em: <<https://independente.com.br/vale-do-taquari-tem-361-mil-habitantes-conforme-o-censo-2022-do-ibge/>>. Acesso em 25 fev. 2024.

SELHORST, Silvestre; SILVA, Edson L. B.; BEVILACQUA, Décio; MONTEGGIA, Edilaine G.; KÜMMEL, Félix; MEDEIROS, Sérgio R. **Perfil físico-urbanístico da Cidade Lajeado**. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria – Curso de Arquitetura e Urbanismo, Núcleo de Urbanismo, Fatec, 2000.

SCHIERHOLT, José A. De onde se origina o nome “Lajeado”. **Jornal O Informativo do Vale**. Lajeado, Edição 10 fev. 1990.

SCHIERHOLT, José A. **Lajeado 100 Anos** - 1881-1991. Jornal o Informativo. Lajeado, 1991.

SCHIERHOLT, José Alfredo. **Lajeado I: povoamento, colonização e história política**. Lajeado: Prefeitura Municipal, 1992.

SCHMITT, Fernanda C. **Elites e formação de espaços regionais** – análise de documentos de Taquari no século XIX. 2018. Monografia (Curso de História) – Universidade do Vale do Taquari, Lajeado, 2018.

SINOPSE. Sinopse das concessões de sesmaria de 1800. Disposição da sesmaria de José Ignácio Teixeira, concedida pelo Conde de Rezende no ano 1800. Sinopse das concessões de sesmarias na Capitania de São Pedro do Rio Grande do Sul. **APERS**. Porto Alegre, Livro n. 10, f. 226, 1800.

THOMAS, Fernanda. **Patrimônio arquitetônico do Centro Histórico de Lajeado no período de 1900 a 1940**: inventário de cinco edificações históricas. 2020. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2020.

VEDOY, Moisés I. B. **Sesmarias, fazendas, desenvolvimento e desdobramentos socioambientais em territórios da Bacia Hidrográfica do Rio Taquari de meados do século XVIII e meados do século XIX**. 2018. Dissertação (Mestrado em Ambiente e Desenvolvimento) – Universidade do Vale do Taquari, Lajeado, 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAJEADO. **Inventário do Patrimônio Cultural e Histórico de Lajeado, 1992**. Prefeitura Municipal de Lajeado. Lajeado, 1992.